

Expresso

FRANCISCO PINHO BALDADO

Publicação em Portugal, N.º 17.124
em 22 de Agosto de 1975 - Lisboa



**Serviço cívico obrigatório
para acesso à Universidade**

UM ANO DE OBRIGATORIEDADE, nos moldes de que foi aprovada a reforma, prevê-se que o ingresso nos cursos de licenciatura que passam obrigatoriamente por um ano de serviço cívico obrigatório, não será de imediato obrigatório para todos os estudantes. A lei prevê que os estudantes que não quiserem cumprir o serviço cívico obrigatório, poderão optar por um curso de licenciatura que não passe por esse período obrigatório.

Diplomas estrangeiros recebidos por M. Ruivo

FORAM ENTREGUES ontem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mário Ruivo, a embaixador da URSS, de Moscovo, e a embaixadora da França, de Paris, os diplomas de reconhecimento de diplomas estrangeiros de licenciatura em Direito, em Medicina, em Engenharia e em Ciências Exactas, emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras, que foram apresentados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1974.

EUA negocia ajuda a refugiados de Angola

A CIA NOTICHOVA anunciou há dias a ajuda financeira de 10 milhões de dólares para a ajuda humanitária aos refugiados de Angola. A ajuda será entregue sob a forma de alimentos e medicamentos, e será distribuída através de organizações internacionais.

«Luta Popular» diário a partir de terça-feira

SEGUINDO informações do Conselho de Imprensa do PT, o «Luta Popular» diário, órgão de imprensa do partido, será publicado a partir de terça-feira, 27 de agosto, em substituição ao «Luta Popular» semanal, que será publicado a partir de quarta-feira, 28 de agosto.

Consultas para VI G. P. continuam enquanto crise militar permanece

PARA as novas negociações e consultas para a VI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco Pinho Baldado, afirmou que o processo de negociações para a VI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, que se realizará em 1976, está a decorrer de acordo com o previsto. O ministro afirmou que o processo de negociações para a VI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, que se realizará em 1976, está a decorrer de acordo com o previsto.

As negociações para a VI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, que se realizará em 1976, estão a decorrer de acordo com o previsto. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco Pinho Baldado, afirmou que o processo de negociações para a VI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, que se realizará em 1976, está a decorrer de acordo com o previsto.

EXPRESSO RESPONDE A VASCO GONCALVES



A "GREVE PARCIAL" DA INTERSINDICAL A história edificante de uma campanha Pág. 17 Batalla da produção ao serviço de Quem? Pág. 18

ENTREVISTAS
COM PEZARAT CORREIA Pág. 15
COM VASCO VIEIRA DE ALMEIDA Pág. 5
DEPURAÇÃO GOVERNAMENTAL EM MOÇAMBIQUE Pág. 6

Investimentos estrangeiros: Avaliação, autorização e registo obrigatórios

Os investimentos estrangeiros em Portugal são regulados por um conjunto de normas que incluem a avaliação, a autorização e o registo obrigatórios. Estas normas visam garantir a segurança e a estabilidade da economia portuguesa.

Os investimentos estrangeiros em Portugal são regulados por um conjunto de normas que incluem a avaliação, a autorização e o registo obrigatórios. Estas normas visam garantir a segurança e a estabilidade da economia portuguesa.

Governo «de passagem» define «linhas de acção»

O Conselho de Ministros reuniu-se ontem para definir as linhas de acção do governo. O ministro da Economia, Francisco Pinho Baldado, afirmou que o governo está comprometido com a realização de reformas económicas e sociais.

Diário de Lisboa
REVOLUÇÃO
TRIBUTÁRIA

República
MIL E CINQUENTA
ANOS DE
LIBERDADE

APRIL
MIL E CINQUENTA
ANOS DE
LIBERDADE

Revista
MIL E CINQUENTA
ANOS DE
LIBERDADE

Journal
MIL E CINQUENTA
ANOS DE
LIBERDADE

OMEGA TIME COMPUTER

Além de relógio um cronómetro no visor quase indicador das horas, minutos, segundos, mês e dia.



Small text at the bottom of the page containing publication details and legal notices.



Serviço cívico obrigatório para acesso à Universidade

UM «ANO DE ORIENTAÇÃO», nos moldes do que foi, este ano, o serviço cívico, passa a ser obrigatório para todos os estudantes que queiram ingressar no ensino superior. Pretende-se com este ano de acesso criar nos estudantes «hábitos de trabalho», facilitando «a sua integração nos grandes problemas nacionais». Paralelamente serão ministrados cursos pela televisão, com apoio em núcleos regionais de monitores, que iniciarão os estudantes «na metodologia do trabalho intelectual, na compreensão da realidade social portuguesa e na problemática das disciplinas fundamentais do curso que desejam seguir».

O acesso ao mais alto escalão de ensino fica alargado pela equiparação dos estudantes vindos do ensino técnico-profissional aos do ensino liceal, além de ficarem dispensados deste «ano de orientação» os estudantes-trabalhadores e os que já tenham prestado serviço militar.

Aos estudantes que se integraram no serviço cívico este ano serão concedidas facilidades diversas.

Prevê-se no mesmo diploma que se limite o acesso a certos estabelecimentos de ensino, de acordo com as necessidades do país, o que será anunciado com um ano de antecedência.

Diplomas estrangeiros recebidos por M. Ruivo

FORAM ONTEM recebidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Ruivo, os embaixadores dos EUA, da Grã-Bretanha, da URSS, da França, da Itália, assim como Membros Permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Mais tarde, o mesmo Ministro recebeu colectivamente todo o Corpo Diplomático acreditado em Lisboa. Focou-se nesses encontros o teor da proposta do Governo Português para resolver correctamente os problemas decorrentes do processo de descolonização, quer em Angola, quer em Portugal para onde convergem diariamente milhares de refugiados. Na mesma ocasião falou Mário Ruivo da situação em Timor onde se vive um clima de guerra civil.

Mário Ruivo, recebeu, posteriormente, o embaixador da República da Guiné-Bissau com quem tratou problemas relativos à cooperação e analisou questões internacionais de interesse comum e ainda o Secretário de Estado dos N. E. da República de Cabo Verde.

No decurso do encontro com este diploma foi reafirmado o desejo dos dois governos desenvolverem as relações económicas e políticas e foi salientada a vantagem de estreitas consultas sobre problemas respeitantes ao Terceiro Mundo.

Ao fim da tarde, Mário Ruivo esteve em Belém onde se teria avistado com Costa Gomes.

EUA negocia ajuda a refugiados de Angola

A JÁ NOTICIADA evacuação diária de 4000 pessoas de Angola que deverá iniciar-se dentro de um prazo máximo de três dias (até atingir o total de 300 mil) deve-se à colaboração dos Estados Unidos. Este país acordou em prestar o referido serviço a Portugal, através do embaixador Carlucci que nasceu em Angola e se avistou com o tenente coronel Gonçalves Ribeiro, presente em Lisboa para resolver o problema levantado pela insuficiência da frota da TAP para se desempenhar da urgente missão. Os Estados Unidos parece terem posto como única exigência um compromisso escrito assinado pelo General Crúvia Gomes no sentido de serem evitadas referências desagradáveis à iniciativa americana.

«Luta Popular» diário a partir de terça-feira

SEGUNDO informações da Comissão de Imprensa do CC do MRPP, «Luta Popular», órgão central daquele Movimento (que em breve se propõe fundar o Partido Comunista (m-l-m) de Portugal) passará a sair diariamente a partir da próxima terça-feira. O novo vespertino de expansão nacional sairá inicialmente com oito páginas e custará 4500 estando prevista uma tiragem média de 70 mil exemplares uma vez que parece solucionada a questão do fornecimento de papel.

Na direcção do novo diário continuará José Luís Saldanha Sanchez sendo o corpo redactorial constituído por militantes operários e intelectuais do MRPP. Parte da distribuição do jornal será entregue a uma empresa comercial mantendo-se, no entanto, a venda militante que terá também como objectivo uma ampla recolha de fundos.

O novo diário comunista conterá, para além das habituais secções que o caracterizaram como semanário, uma página de cultura e outra de economia. Foram também estabelecidos contactos com a República Popular da China para a obtenção de material noticioso de carácter internacional e outro.

Consultas para VI G. P. continuam enquanto crise militar permanece

PARA se tentar compreender a situação política actual, é necessário recordar que, na passada terça-feira, no decurso de uma reunião realizada no Forte de São Julião da Barra, o Presidente da República, general Costa Gomes, concordou com os argumentos que lhe foram apresentados pelo general Otelo de Carvalho e por signatários do «Documento dos Nove», (estão presentes vários outros oficiais dos Estados Maiores), contra a permanência do general Vasco Gonçalves como primeiro-ministro. Na véspera, Vasco Gonçalves pronunciara o seu já famoso discurso de Almada (Ver pág. 13) (no qual, também é bom lembrar-lo, insultava gravemente o ENP e o SSO, chamando-lhe, entre outras coisas, «paquistão» e «libertino da informação») e, no início de reunião acima referida, o Presidente da República recebera das mãos dos outros participantes o seu Programa de Governo. Este Programa deixara de ser o «Documento dos Nove» para ser o «Documento dos Copcons», mais o «Documento do Copcon», de modo a constituir uma plataforma em que previamente haviam concordado. A comprová-lo está a presença de Otelo Saraiva de Carvalho que, diga-se de passagem, por mais de uma vez já se havia manifestado contra a presença de Vasco Gonçalves à frente do governo.

Dentro da preocupação de

evitar conflitos eventualmente sangrentos, Costa Gomes teria pedido um prazo de dez a doze dias para proceder à substituição do governo, tendo imediatamente encarregado o general Fábilo de presidir ao novo executivo. Pareceram excessivos aos intervenientes os doze dias, conseguindo que o Presidente descesse para sete.

Já antes de terça-feira, Costa Gomes havia sido abordado por elementos dos Nove (e não só) para proceder à substituição do governo, atitude que se baseava fundamentalmente na carência de base popular de apoio, bem como no descontentamento das Forças Armadas, que Vasco Gonçalves estaria a agravar. Costa Gomes teria, porém, algumas dúvidas sobre os apoios de Vasco Gonçalves nas Forças Armadas, dúvidas essas alimentadas pela posição não de todo clara do Chefe do Estado Maior da Força Aérea e também, embora menos, da Marinha.

O tempo foi correndo e as especulações na imprensa começaram a avolumar-se, engrossadas por muitos oficiais que são figuras e pelas manifestações de apoio ao documento do Copcon, já fundido, aliás, com o «Documento dos Nove».

A Imprensa de ontem, sobretudo «O Século», «Diário de Notícias» e «Diário de Lisboa», deram a entender que a posição

do Primeiro Ministro estaria reforçada e, com relevo para o «Diário de Lisboa», que na noite de 21 para 22 teria sido desmantelado um golpe militar.

Acontece, porém, que Costa Gomes, fiel à palavra dada, insiste, ante-ontem, com os anti-Vasco Gonçalves a fim de lhe apresentarem o elenco ministerial o mais rapidamente possível. O general Fábilo e Otelo deslocaram-se a Coimbra, onde contactaram com as Forças Armadas e onde o «Documento dos Nove» havia recebido apoio maciço e na tarde de ontem Otelo Saraiva de Carvalho esteve em Évora cujo comandante da Região Militar, o brigadeiro Pezzarrat Correia, é um dos subscritores do Documento. Entretanto, em Lisboa, Melo Antunes tem procedido a consultas para a formação do governo, tendo-se, ontem, encontrado, entre outros, com Emídio Guerreiro, Mário Soares e Álvaro Cunhal. O próprio PC deixou de fazer força na personalidade de Vasco Gonçalves, resignando-se à nova situação, para o que terá contribuído, sem dúvida, os reverses sofridos no centro e norte do país, a exigirem do PC uma nova estratégia política.

Pelas notícias que conseguimos apurar quanto à formação do governo e que damos com uma certa reserva, Melo Antunes e Vítor Crespo ocuparão o

lugar de vice-primeiros ministros, com Melo Antunes ligado mais directamente ao sector da Economia. Não haverá, ao que parece, ministério do Planeamento Económico, falando-se em João Cravinho para a Indústria, Oliveira Baptista para a Agricultura (o único ministro do actual governo a entrar para o próximo), F.S. Borges para os Assuntos Sociais, Salgado Zenha para a administração interna, Medeiros Ferreira para a Educação, Eduardo Lourenço para a Cultura, para o Trabalho aventa-se o nome do capitão Tomás Rosa, da Força Aérea; para a Comunicação Social, o major Vítor Alves. Outro nome referido é de Hernâni Lopes para as Finanças.

O governo será constituído por individualidades que, embora algumas pertençam a partidos, (fora do PS, dois do PPD e um do PC) não os representam formalmente. Esperam os responsáveis pela nova situação a criar nestes dias, levar o governo até às eleições para a Legislativa que serão lá para Janeiro de 1976.

Parece, entretanto, que Otelo Saraiva de Carvalho ocupará o cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, o que, a verificar-se, arrastará consigo um novo destino para o Copcon. No entanto, a personalidade de Otelo Saraiva de Carvalho, neste posto, teria suscitado objecções ao próprio Presidente da República, pois julga-se que não seria bem recebido no seio da NATO e em certos meios civis e militares portugueses.

Vasco Lourenço que, em todos estes dias representa papel diplomático de relevo, poderia ocupar o cargo de embaixador itinerante, sobretudo no plano interno. Há também quem o indique para substituir o general Fábão na chefia do Exército. Entretanto e devido à onda de

boatos que corre no país, o Chefe do Estado Maior da Força Aérea, proibiu os aviões militares de levantarem voo, a não ser em casos absolutamente excepcionais, a fim de não alarmarem a população, já assustada com as vozes que correm, de golpes e contra-golpes, vezes essas infundadas até ao momento em que estamos a escrever.

Espera-se que hoje entrem de prevenção as unidades militares unicamente, segundo conseguimos apurar, como forma de mera precaução.

A situação de tensão que se está vivendo, perante uma relação de forças pouco clara, dificultará provavelmente as tentativas de conciliação que, porventura sob a égide do Presidente da República, possam ser levadas a efeito. Uma dessas tentativas teria estado marcada para ontem, em Belém, onde estiveram oficiais das duas linhas (Contras, Judas, Martins Guerreiro, Macedo, por um lado; Vasco Lourenço e Sousa e Castro, por outro), nada tendo sido concretizado. Por outro lado, revestiu-se de especial dureza a carta endereçada por Otelo a Vasco Gonçalves em que é condenado o discurso de Alameda, se proíbe a entrada do Primeiro Ministro em unidades militares dependentes do Copcon (Gonçalves esteve, por exemplo, para visitar o R 102 em Queluz) e se cita Mao Tse-tung.

Por outro lado, parece lógico que, para além das posições contrárias de diversos partidos em relação ao V Governo Provisório (até o MES, segundo consta), também a oposição internacional ao actual elenco governativo tenha vindo a crescer. Assim se explicariam as sucessivas audiências que o Presidente da República tem concedido a embaixadores estrangeiros, os quais, embora também relacionados com o caso de Angola, não podem deixar de se ligar com a situação política interna.

Governo «de passagem» define «linhas de acção»

As «LINHAS de Acção Programática e Tarefas de Transição», assim anunciadas pelo vice-Presidente Ministro António Mota, na televisão resultam de um documento elaborado pelo Ministério do Planeamento e Coordenação Económica no período de inoperante governativo entre os IV e V Governos Provisórios, embora com redacção diferente em determinados pontos.

Segundo alguns observadores, o programa que, na altura, se chamava de «transição para o socialismo», teria tido como principal redactor o próprio ministro Mário Monteiro, que tem vindo a actuar como destacado conselheiro (ver artigo da pág. 11) do general Vasco Gonçalves. Refere-se que, nessa ocasião, a

necessidade de formar um novo governo levou Monteiro a considerar a urgência da criação do que se chamou uma «Frente Unificada Popular», capítulo que, na presente conjuntura, se encontra ultrapassado, pelo que foi retirado do actual projecto. A parte do projecto político-económico propriamente dita é, conforme referido, bastante semelhante ao programa de Transição para o socialismo, apresentado a Vasco Gonçalves, como alternativa de solução há cerca de um mês.

LINHAS PROGRAMÁTICAS

«Sem uma clarificação da estrutura do poder político será impossível a realização das tarefas governativas e, assim, a concretiza-

ção dos objectivos já assumidos pela Revolução Portuguesa»; este um dos pontos prévios do longo documento (50 páginas) que surge na cena política como uma desesperada jogada de antecipação contra-relógio da facção Vasco Gonçalves face aos projectos de governo provenientes de outras correntes políticas e militares. O documento indica como guias de acção governativa «o programa do MFA esboçado pela plataforma do Acordo Constitucional e pelo Plano de Acção Política, os princípios gerais do documento-guia sobre a aliança POVO-MFA aprovados, apenas na generalidade, pela Assembleia das Forças Armadas e o texto elaborado durante o IV governo provisório acerca dos

Continua pág. 12

Governo «de passagem»

Continuação pág. 1

problemas de transição para o socialismo". Por outro lado, e numa última tentativa de "recuperação" e de conquista de bases de apoio de que manifestamente carece, o projecto refere que "tendo em atenção o valor revolucionário do documento elaborado por oficiais aficados ao COPCON", "o V Governo tomou, igualmente, em consideração os princípios e propostas nele contidas".

O documento divide-se em três partes: um preâmbulo, sobre o "mandato e orientação do governo" (onde se expressa a filosofia política que o informa e as linhas de acção a seguir); uma segunda parte sobre "Política Económica" dividida em seis capítulos (temas fundamentais de transição; batalha da economia; estratégia do desenvolvimento; apoio à produção nacional e ao emprego; política de sustentação; aspectos qualitativos do sistema económico de transição); e, finalmente, uma terceira parte sobre "Política Social", subdividida em quatro capítulos (saúde; segurança social; educação e investigação científica; habitação e obras públicas). O capítulo de "habitação e obras públicas" desenvolve-se, por sua vez, em quatro pontos: política dos solos; estrutura do sector; habitação; obras públicas.

Os pontos referidos pelo ministro Correia Jesuino, ao seu encontro com os jornalistas durante uma pausa do Conselho de Ministros de anteontem, resumiram, ao dizer do título da pasta da Comunicação Social uma "perspectiva genérica da filosofia que informa este documento".

Entre os "condicionamentos e

pressupostos do V Governo", referem-se aspectos de indistincto significado político, especialmente se vistos à luz da actual crise. Assim, o V Governo insiste em reclamar-se de uma posição "unitária e não partidária", condenando as pressões internas e externas de que tem vindo a ser alvo, os ataques e sedes de "partidos políticos programistas" e as tentativas de bloqueamento da linha política com que se identifica. Por outro lado, coloca como condições da sua sobrevivência e acção, o apoio popular e o apoio do MFA, adiantando neste aspecto, que "tem de lhe ser dada toda a autoridade e toda a força de que dispuzesse a própria Revolução". Referência que se liga, por outro lado, à "definição da unidade e da consistência revolucionárias, de que não devemos abandonar parafusos de certas forças políticas até aqui empenhadas no processo". De qualquer modo, o documento é totalmente cioso quanto à natureza e consequências — ainda que vistas segundo a sua óptica — das divergências políticas ocorridas no seio do MFA, limitando-se a apelar, plausivelmente e urgentemente, à "apoiada das Forças Armadas que será de constituir-se na firmeza e clareza da orientação política por parte do Directorio do Conselho da Revolução e na identificação da sua linha de acção com as opções e directivas revolucionárias e patrióticas formuladas pelo Movimento das Forças Armadas".

Entre as tarefas concretas que o V Governo se proporia realizar, contam-se nomeadamente: a "anulação progressiva da suparquia política da Revolução e do seu suporte social"; a "ampliação progressiva das legítimas unidades de base em ligação com o MFA"; o

"desenvolvimento da consciencia social do processo em curso pela revolução cultural e utilização correcta e responsável das meios de comunicação social"; "inflexibilidade atenuada à lei Jesuino?"; "superação da crise resultante do desmantelamento do poder monopolista da grande capital"; "criação de condições para uma economia planificada controlada pelos trabalhadores e orientada eficazmente para a transição para o socialismo"; "descentralização administrativa em articulação com a criação de planeamento" e "adopção de acções consequentes na política externa em obediência ao princípio da independência nacional e promovendo esquemas de cooperação que contribuam, efectivamente, para a construção do socialismo em Portugal".

Entretanto, surgiu ontem na cena política mais um projecto político-económico, tomado público pelo Partido Socialista, e chamado "Programa Económico de Transição". Trata-se de um documento que se sabia em preparação no seio do partido, e que se aguardava há pelo menos duas semanas. Curiosamente a sua estrutura assemelha-se um pouco à do projecto do V Governo entregue por Vasco Gonçalves, contem, a Costa Gomes, até porque constitui igualmente um "verdadeiro programa do Governo no que à economia diz respeito, incluindo-se com maior desenvolvimento do que aquele.

Após o diagnóstico da crise actual da sociedade portuguesa nas suas vertentes política e económica, definem-se os grandes problemas económicos portugueses, propondo-se em seguida um vasto conjunto de medidas de intervenção global e sectorial com o objectivo da sua superação.

ALMEIDA, Vieira de

Vieira de Almeida **EXPRESSO**

“Milhares de portugueses correm o risco de morrer em Angola”

CHEGOU, há dias, de Angola, o dr. Vieira de Almeida, ministro da Economia no governo de Transição (nomeado por Portugal). Com ele tivemos uma longa conversa sobre os graves problemas que afectam aquele território. Desta conversa damos conhecimento, em parte, aos leitores.

É o dr. Vieira de Almeida profundo conhecedor dos problemas angolanos, quase um angolano. Sabemos que não se cansou de chamar a atenção dos responsáveis para uma situação que estava a evoluir em moldes de catástrofe. Desta vez voltou a alertar para consequências trágicas que, pode acontecer, ainda seja possível evitar ou, pelo menos, atenuar para o mínimo. Isto para além de muitas considerações que certamente não pôde fazer, devido à sua qualidade de homem político e tocar num país onde se joga a vida das populações e onde milhares de portugueses podem conhecer a morte inglória.

Os problemas têm de ter uma solução política mas, para já, no que se refere aos portugueses, é necessário arranjar urgentemente transporte para que possam regressar ou que o desejarem fazer.

Nos campos da política de entendimento entre os Movimentos no sentido da libertação de Angola e daqueles que estão interessados no país em termos de libertação e não de venda ao estrangeiro, estão em curso diligências que, no entanto, o dr. Vieira de Almeida se esqueceu a não confirmar. Para já vêm aí mais de trezentos mil angolanos e há que procurar soluções para o seu enquadramento, soluções que não sabem a escola. Mas já cá havia cerca de trezentos mil desempregados. Uns e outros portugueses. A solução é difícil, mas tem de se encontrar de frente.

Com o dr. Vieira de Almeida conversou Augusto de Carvalho que, depois, deu corpo à entrevista.

EXPRESSO — Que solução vê, neste momento, para Angola?

VIEIRA DE ALMEIDA — Neste momento só vejo uma solução ainda possível para Angola a qual passa pela unidade e entendimento entre as forças nacionalistas.

EXPRESSO — Que entende por forças nacionalistas de Angola?

VIEIRA DE ALMEIDA — Refiro-me aquelas que são progressistas do ponto de vista do idealismo político e aquelas que são anti-imperialistas e antiqualquer formas de novos tipos de colonialismo. Existem de facto essas forças. Existe uma burguesia nacional, pequena também em número que, neste momento, toma, no fundo, em Angola, posições anti-imperialistas que parece ser de apavorar. Existe um sentimento nacionalista extremamente forte na população. Portanto a única hipótese é o entendimento de todas estas forças face a outras de sinal contrário, internas ou externas que efectivamente sirvam interesses estrangeiros.

EXPRESSO — E o papel de Portugal?

VIEIRA DE ALMEIDA — Penso que será o de apoiar, activamente, esse entendimento político e penso que, se esse entendimento se verificar, é dever de Portugal dar-lhe o seu apoio claro e franco. Se isso se não verificar a prazo muito curto (estou convencido que não podemos esperar semanas), as consequências serão o alastramento rápido duma guerra civil geral e Portugal, sozinho, ver-se-á totalmente impossibilitado de assegurar a descolonização até 11 de Novembro.

Portugal seria muito provavelmente forçado a pedir apoios externos para o problema de Angola. Penso, porém, que esta solução dos apoios externos deve tentar evitar-se a todo o custo. É essencial ainda que, neste momento, Portugal faça um esforço com as

forças representativas de Angola para levar o processo de descolonização a bom termo.

EXPRESSO — Há por aí quem diga que Portugal poderá continuar depois do 11 de Novembro em Angola.

VIEIRA DE ALMEIDA — Julgo que é completamente impossível. Não temos possibilidades materiais de continuar e, por outro lado, os Movimentos de Libertação não estão dispostos a aceitar uma prorrogação dessa data; isso poderia vir a criar situações extremamente delicadas, do ponto de vista dos outros estados africanos e, finalmente, é necessário que fique perfeitamente claro que Portugal não tem qualquer espécie de interesses neocolonialistas em Angola.

EXPRESSO — No caso de a política africana não se clarificar até ao 11 de Novembro, como se fará a transmissão de poderes?

VIEIRA DE ALMEIDA — Se isso acontecer o problema terá de ser entregue a instâncias internacionais.

EXPRESSO — Neste momento podemos afirmar que o quadro de forças em Angola balcaniza o território?

VIEIRA DE ALMEIDA — Certamente que sim. É uma balcanização que se está a completar. Angola está dividida em 3 zonas perfeitamente delimitadas, e mais a zona de Cabinda que tem os seus problemas específicos e extremamente graves também. Em Angola, a parte norte está nas mãos da FLNA, a parte centro e sudeste no MPLA e a parte sudoeste nas mãos da UNITA. O que é grave é que esta balcanização que hoje já é um facto, tem implicações nos campos mais diferentes: por exemplo, verificou-se que as agências bancárias do Norte já não obedecem às instruções das de Angola. O produto da venda de café no Norte já não entra nos cofres do Banco central, mas é utilizado para trocas directas com países vizinhos. No sul houve o

corte de abastecimentos ao centro, sobretudo à cidade de Luanda. No plano político, onde se verificou nitidamente um recuo dos movimentos para os seus bastiões naturais (como se diz em Angola) e até no plano tribal, racial, não é, houve grandes migrações internas de elementos do sul que deixaram Luanda e se dirigiram para Nova Lisboa e Silva Porto, e houve elementos do Norte que foram para a zona do Uige e de Ambriz. Assim o grande perigo neste momento será o não entendimento político entre forças progressistas e nacionalistas e a fatal eclosão duma guerra civil generalizada que tenderá a consolidar essa balcanização.

A balcanização de Angola não é só ao povo angolano que não interessa. Não nos interessa também a nós que temos até uma responsabilidade em evitar que tal aconteça. Mas também não interessa àquela zona de África por motivos óbvios de segurança. Tem interesse à comunidade internacional. Estou firmemente convencido que o povo angolano não aceitará uma solução dessas. É por isso mesmo que, a não se encontrar uma solução política, nestes próximos dez dias, poderá eclosar uma guerra civil generalizada. Estou perante um país enfraquecido e devido ao aumento de ingerência estrangeira, Portugal não estará em condições de evitar o agravamento dessa situação.

EXPRESSO — Com graves reflexos aqui?

VIEIRA DE ALMEIDA — Claro. Aquilo que eu pensava ser possível e que verifiquei mesmo à minha partida para Angola em Fevereiro — e que se prolongou mesmo até meados de Maio — consistia na manutenção duma presença portuguesa em Angola, o que era obviamente útil não só para Angola como para Portugal. Quando lá cheguei não havia choques raciais, e o país estava totalmente calmo perante uma situação potencial-

mente explosiva. Já nessa altura era fácil de ver que a transição calma da economia de Angola para uma fase de independência sem a manutenção da população portuguesa era praticamente impossível. E devo dizer que já nessa altura a grande preocupação das pessoas era a de que fossem definidas as condições de actuação da nacionalidade angolana. A maior parte das pessoas estavam de facto dispostas a ser angolanas. Considero que, neste momento, os traumas psicológicos causados nas pessoas que não chegaram a ser atacadas fisicamente, foram-no muitas e foi muita gente assassinada, foi muita gente espancada, foi muita gente brutalizada e foi muita gente assustada das maneiras mais inconcebíveis e o facto dessa gente estar disposta a vir para Portugal, para mim, do ponto de vista de Angola, significa um recuo de vinte anos nas possibilidades de desenvolvimento tranquilo daquela país, o que é terrível numa terra que estava perfeitamente lançada para o desenvolvimento não selvagem, para um desenvolvimento controlado. É uma perda irreparável para Angola, pois mesmo que se consiga substituir os portugueses que de lá saíram por técnicos estrangeiros, nem em termos financeiros, nem em termos de compreensão de língua, nem em termos de compreensão do problema, digamos até em virtude de razões de proximidade espiritual e afectiva entre portugueses e angolanos, com certeza que esses técnicos estrangeiros não farão um papel superior ao desempenhado pelos portugueses que lá residiam. Do ponto de vista de Portugal, excuso de lhe dizer o que isso significa em termos de economia e de política.

EXPRESSO — Quer dizer que a maior parte dos portugueses abandonou Angola?

VIEIRA DE ALMEIDA — Para já estou convencido que a maior parte dos portugueses não regressará rapidamente a Angola. Aquilo

que já se passou foi de tal maneira traumatizante que não voltarão sem fortes garantias de que a situação se reponha. Além disso é necessário não esquecer os antecedentes, muita gente que estava em Angola tinha vindo do Congo. Três anos depois da independência do Congo ex-Belga, no Zaire, onde parecia que poderiam fazer a sua vida normal foram despojados de tudo. Três anos depois da independência e no meio de um clima perfeitamente tranquilo. Penso que será necessário que em Angola passe algum tempo de estabilidade política; que passe algum tempo de um regime que se veja que em relação a Portugal toma uma posição de cooperação e amizade, uma posição inteligente e que dê garantias de autoridade necessárias. Se isso acontecer, acredito que muita gente voltará, até porque não tem outro remédio pois, não será fácil absorvê-las aqui. Se Angola entrar agora numa fase de guerra civil que, sem dúvida, será generalizada, extensa e muito dura, sobre ela seria necessário pôr mais um tanto de tranquilidade para que as pessoas decidissem voltar.

Em termos estritamente portugueses e dadas as condições internacionais que existem no momento, nós temos que pensar para já, e desde já em primeiro lugar, no esquema dos transportes dos portugueses para cá e, em segundo lugar, no esquema de absorção deles aqui. Há uma coisa que tenho que dizer porque considero esse problema extremamente grave, considero que faz parte de uma acção que Portugal deve levar a cabo, mas não quero deixar de alertar para o que se pode passar: é que está prevista a vinda de 300 a 350 mil pessoas que exige a mobilização de meios fantásticos de transportes para se poder cumprir tal programa. Eu penso que se houver, neste momento como julgo que está a acontecer, atrasos no cumprimento desse plano a situação pode tornar-se ainda mais explosiva. Eu não

quero ser alarmista mas gostaria de publicamente dizer que me parece que esse programa não está a ser cumprido, o que pode ser extremamente grave.

EXPRESSO — Como pensa que poderá ser resolvido o problema dos retornados? Privilegiado os meios assistenciais?

VEIEIRA DE ALMEIDA — O mal destas coisas é que nós tentamos resolver problemas setoriais, quando os problemas em Portugal só se resolvem com um ataque geral às suas causas. Também neste momento estamos a ter dificuldade em resolver o problema de mais de 300 mil desempregados no nosso país. É evidente que não é com a criação de Institutos, mesmo que sejam dotados de meios que se resolve o problema de 350 mil pessoas que, dentro de três meses, estarão em Portugal, vindos de Angola. Podemos estar convencidos de que se nós os não transportarmos, abriremos à força o caminho para chegarem até nós. Em julho, portanto, que o problema dos retornados de Angola deve ser encarado no plano nacional. É um problema que exige um esforço global a nível do governo e tem que ser repassado no contexto de todos os outros problemas portugueses. Exige, também, o esforço global da própria população portuguesa que tem que económica, psicológica e afectivamente perceber que está perante a realidade de que há compromissos seus que vão voltar a este país e muitos dos quais aqui vão ficar provavelmente nos próximos anos. O problema não se resolve através dum organismo, mas através de uma política global, social e política portuguesa, eficaz e desde já não utópica, que ponha em funcionamento as estruturas nacionais. A resolução do problema passa, por conseguinte, por uma definição clara da política nacional, o que neste momento não está ainda feito.

EXPRESSO — Há culpas portuguesas na descolonização de Angola?

VEIEIRA DE ALMEIDA — Em primeiro lugar temos que separar dois tipos de culpas: uma que parte da própria concepção da descolonização portuguesa. Quer dizer, nós resolvemos muito bem os problemas da descolonização em todos os territórios onde encontramos uma força política democrática.

EXPRESSO — Quer então dizer que não se ficou a dever mais à força política dominante que a nós próprios?

VEIEIRA DE ALMEIDA — Isso prova um acto de vontade nossa na medida em que efectivamente demos o poder à força política, mas prova, também, que não tivemos dificuldades reais nessa descolonização.

Penso, no que diz respeito a Angola, que houve falhas gravíssimas da nossa parte. Certamente pela própria indefinição do processo político português depois dos 25 de Abril e involuntariamente pelas ambiguidades que ele tem comportado nunca houve uma definição relativamente a Angola. Nunca definimos claramente quem eram os nossos aliados, nem quem eram os nossos inimigos, e isto fez-se não só a nível global político, mas também a nível local

angolano da tropa portuguesa. O soldado português, em Angola, não percebeu, ao longo destes 18 meses, quem eram, efectivamente, os seus aliados naturais e os seus inimigos naturais, o que é extremamente grave. Essa indefinição levou, em primeiro lugar, à assinatura de um Acordo que tinha em si próprio todos os germes de auto-destruição, acordo em que, no fundo, os Movimentos não acreditaram desde princípio e em que nós fizemos um esforço terrível para criar uma tentativa de entendimento. Já, nessa altura, a posição de Alvor revelava que nós estávamos a procurar a posição de neutralidade activa que, em termos práticos, se viria a traduzir, em Angola, na indefinição activista.

EXPRESSO — Isso mesmo, desconfiança, no verso, se EXPRESSO, tendo estado sido apelidado de divolectista. Verdade seja que já nos vamos habituando a este género de acções, quando tentamos explicar um leitor e política que se processa em geral. Mas isto é um conceito meu, desculpá-lo.

VEIEIRA DE ALMEIDA — Apesar de tudo, Alvor ainda poderia ter sido utilizado de uma maneira positiva se tivéssemos tido uma firmeza muito grande quanto aos princípios que ali foram concordados. O facto é que Alvor assinou e Alvor implicava obrigações que nós, muitas vezes, não fomos cumprir. Acontece que a todos os níveis Alvor começou a ser violado, destruído e acabou por ser denunciado na prática.

Verificou-se a nível do governo, verificou-se a nível do Movimento, verificou-se a nível de toda a actividade política, inclusive a nível da actividade militar. A certa altura, nós estávamos completamente ultrapassados na possibilidade de aplicar Alvor. Os 15 mil soldados portugueses que estavam psicologicamente desmobilizados até na medida em que sabiam que no dia 11 de Novembro abandonavam Angola, enfrentavam três Movimentos de Libertação que, em princípios, deviam ter cada qual 8 mil homens, mas, na realidade, tinham muito mais que isso e que se armavam de todas as formas possíveis. Infringiam, especialmente alguns dos Movimentos, as mais elementares normas de coexistência. Multiplicaram-se as violências, os assassinatos, violações, e tudo isto associado com o recuo permanente das posições portuguesas, procurando plataformas de entendimento. Deste ponto de vista, segundo a minha opinião, Portugal não pôde criar as condições para que em Angola se passasse de pé, as condições em ordem à construção de um regime nacionalista, defensor dos direitos do povo angolano e de um regime que lhes permitisse defender-se das ingerências estrangeiras.

Não quer isto dizer que não houvesse boa vontade do lado português. Na realidade havia. O que aconteceu foi que nunca houve uma definição política clara de que devia ser com Angola. Além disso, os Movimentos de Libertação, em virtude das posições que assumiram, acabaram por destruir, perante uma certa passividade portuguesa, outras possibilidades de entendimento e



de salvaguarda de valores e de bens. Isso foi de resto foi reconhecido expressamente em Nakuru, que é uma documentação que constitui uma autocrítica terrível dos Movimentos e que prova a incompetência, de facto, da maior parte das pessoas que tinham cargos importantes em Angola. As pessoas não compreenderam e os Movimentos muitas vezes também não, ou, então, compreenderam e não quiseram corrigir a situação, que uma coisa era a actividade política e outra, a manutenção das estruturas que a eles próprios interessava. Essa confusão fez-se permanentemente. Os Movimentos focam os grandes e eu diria os principais responsáveis na situação verificada.

Tudo isto prova uma grande desconfiança da parte da população portuguesa, que nunca viu verdadeiramente definida a sua situação. Devo dizer, neste particular, que, mesmo depois de promulgada a Lei Fundamental, havia as maiores dificuldades em se saber como se adquiria a nacionalidade angolana. Nunca foi publicado o Estatuto de Cooperante que viria definir a situação dos funcionários portugueses. Estes, perante a indefinição da sua situação e perante a violência que por ali grassava, tiveram que concluir que não tinham lugar em Angola. Eu não posso anulá-los por isso. Mas ainda: nunca foi levada a cabo a negociação entre o governo de Angola e o governo português sobre o costoso existente entre os dois países e as formas de cooperação no futuro. Quer dizer: neste momento estamos a 80 e tal dias da independência e eu julgo que essas negociações já não se farão antes. Estão em jogo possibilidades de cooperação que são fundamentais, quer para Angola, quer para Portugal.

EXPRESSO — Conta-se que há milhares de portugueses, sobretudo no Norte, impedidos, as práticas, de se dirigirem para outras zonas.

VEIEIRA DE ALMEIDA O que se verifica em várias regiões de Angola, nomeadamente no Norte e no Sul, é que os Movimentos de Libertação têm posto dificuldades

à saída de portugueses, inclusive daqueles que vivem em zonas mais isoladas e se querem dirigir aos centros donde poderão ser recolhidos por meios aéreos. Note que o problema que se põe agora é o do efectivo retorno deles, já que muitos foram espoliados dos seus bens. Sei de casos concretos em que tem havido presões exercidas sobre portugueses para evitar que eles regressem. E essa é uma situação que, potencialmente, contém os maiores perigos. Portugal tem que tomar medidas para evitar que essa situação prosiga. Há entre essas populações milhares de mulheres e crianças.

EXPRESSO — Pode-se dizer que essa gente está numa situação de refém ou a palavra é muito dura?

VIEIRA DE ALMEIDA — A palavra deixo-a à sua responsabilidade. É preciso ver como é que se domina a situação de pessoas que pertencem a um país diferente, que tem que tomar posições políticas para resolver o problema e cujos nacionais estão em poder de forças que, neste momento, não estão a colaborar com o governo português.

EXPRESSO — A maior entrada de armas faz-se pelo Norte?

VIEIRA DE ALMEIDA — É difícil saber. Neste momento entram armas por todos os lados.

EXPRESSO — Conseguir chegar a ser ministro da Economia de Angola?

VIEIRA DE ALMEIDA — Difícilmente, por falta de objecto. Não. Em Angola as decisões tinham que ser tomadas colegialmente, a nível do Conselho de Ministros, e era praticamente impossível, na maior parte dos casos, atingir um consenso. Nem sequer com o Programa Económico foi possível, programa que foi apoiado e aceite pelos três Movimentos e publicamente só foi apoiado pelo MPLA. Pelos outros foi imediatamente desautorizado. Por outro lado, era praticamente impossível

funcionar um ministério, com as características do ministério da Economia. Tive as maiores dificuldades em impôr uma linha de orientação, pois se verificava por parte de alguns sectores do ministério a oposição sistemática à tomada de quaisquer medidas. Havia sectores que obedeciam mais às orientações do seu movimento do que ao Ministro da Economia. É de justiça dizer que tive, também a colaboração de pessoas que entenderam o Programa, o apoiaram e respeitaram.

EXPRESSO — Em que qualidade se encontra neste momento em Portugal?

VIEIRA DE ALMEIDA — Eu vim como Ministro da Economia, como um dos representantes nomeado pelo Presidente da República para o Governo de Transição, a fim de captar a situação em que Angola se encontra, porque entendi que o caos e o descalabro eram de tal ordem, que eu tinha de tomar posições claras, mesmo para além de problemas económicos. Vim na disposição de obter uma definição da política portuguesa e também uma definição muito clara da minha posição, se essa política não fosse definida. Se o não fosse, pedia a demissão.

Neste momento, a solução do problema de Angola passará por uma construção jurídica em que não haverá lugar à minha colaboração como Ministro da Economia. Contudo, no entanto, a dar a minha colaboração não só no quadro de conselhos que eu possa dar por conhecer, agora, razoavelmente a situação, mas também no quadro de apoio ao CCPA (Comissão Coordenadora do Programa) que foi um organismo que fez um esforço extraordinário e que compreendeu desde o princípio, a evolução do problema político, económico e procurou expor, em Lisboa, muitas vezes e com muita clareza, a degradação da situação.

Surrealismo e decisão

PARA O OBSERVADOR MENOS ATENTO, a revolução portuguesa parece ter entrado na mais surrealista das suas fases.

Por um lado, há um V Governo Provisório, presidido por um Primeiro Ministro cada vez mais contestado e abandonado, que toma medidas a todo o vapor, como se fosse um Governo para durar e visasse conquistar votos (ou complicar a vida de quem lhe suceder, enquanto que, em singular actuação paralela, o general Carlos Fabião efectua diligências com vista à constituição de um VI (e durável) Governo Provisório.

Por outro lado, assiste-se a uma impiedosa "guerra de documentos". E o dos Nove: (apoiado pela maioria das unidades militares, pelo PS, pelo PPD e pelo CDS), é o de oficiais afectos ao COPCON (apoiado por UDP, LCI, FSP, etc., e com alguma relutância por PCP e MDP), é o programa de Governo dos Nove (que, diz-se, procura, sem êxito total, conciliar a "posição crítica" inicial com a de oficiais afectos ao COPCON), são as linhas de acção programática de Vasco Gonçalves e do seu Governo, ontem mesmo anunciadas. É a SEDES a analisar a situação; são os ex-MES e aderentes a aparecerem no momento exacto com o anúncio documentado da criação do seu partido, é o Plano Económico de Transição do PS, são os ex-ministros e as suas extensas cartas de demissão, é o próprio Spínola com a sua carta aberta a Costa Gomes (respondida, aliás, em estilo interrogativo). Tudo isto em ambiente de excitação e boatos, com manifestações, assaltos, convocações para as sedes, e em clima psicológico mais de atirar as culpas para os outros do que de autocritica serena.

Entretanto, os partidos políticos principais mantêm-se numa aparente apatia, parecendo o PS e o PPD aguardar a vitória dos Nove e o PC andar a reboque dos acontecimentos, sem saber o que fazer a Vasco Gonçalves nem aos agrupamentos de extrema-esquerda. Neste particular, toda a gente se afigura mais interessada em saber qual a posição de certas personalidades militares — Costa Gomes e Otelo, por exemplo — do que em acompanhar o recato das cúpulas dos partidos mais votados.

PARA O OBSERVADOR MAIS ATENTO o surrealismo esconde, no entanto, a fase mais aguda de uma crise decisiva. Trata-se de optar entre uma sociedade livre e pluralista e uma sociedade fechada e unitária, entre as imposições de uma minoria burocraticamente forte e organizada e a vontade de uma maioria democrática e infelizmente dividida. Trata-se de tentar fazer essa escolha sem sangue, sem confrontos violentos, sem mortes nem feridos, sem guerras civis nem actos desesperados de terrorismo urbano. Trata-se também de escolher a tempo, de modo a parar e destruir a inquietante acumulação de condições objectivas (e subjectivas?) para que a direita fascista volte brutalmente ao poder.

A questão é tão simples quanto grave. Muitas pessoas, contudo, preferem ficar-se pelas acusações de surrealismo a envolverem-se decididamente no fundo da questão, com a intenção firme de a resolver sem mais adiamentos amolecedores nem compromissos paralizantes.

AMARAL,

Daniel

A necessidade de informar: seis sugestões ao VI Governo Provisório

Daniel Amaral

A CONSTITUIÇÃO DO V Governo Provisório, e a complexidade de que a mesma se revestiu, veio publicamente aclarar três aspectos importantes da realidade portuguesa do momento: a péssima imprensa que temos, a carência de informação a qualquer nível (devido àquela imprensa, mas não só) e a certeza de que, sem o apoio das massas, dificilmente qualquer Governo poderá virar.

A imprensa nacionalizada é hoje, com efeito, uma autêntica lástima, com particular destaque para «O Século», «Diário de Notícias», «Diário de Lisboa» e «Repúblicas». As peissas têm aqui o «sentimento náusea». Chegamos quase à desesperar. E, não obstante, as autoridades deste País obrigam o nosso povo a pagar mensalmente 40 mil contos para (não) ler estes «paquistos». É verdade que em relação a

«O Século» e «Diário de Notícias» nada surpreende: outrora defensores acérrimos do capitalismo, do colonialismo e do fascismo, rapidamente agora se adaptaram a um social-fascismo e a um capitalismo de estado. As técnicas são as mesmas. São os mesmos processos. É dar meia volta — e seguir em frente. E que ninguém se iluda: no dia em que, para desgraça de nós todos, o fascismo regressasse, aí teríamos o «Diário de Notícias» e «O Século», baluartes do servilismo e da bajulice, a volver a meia volta e a prosseguir. Impávidos. Como se uma e outra fossem a mesma situação. Já, porém, os casos do «Repúblicas» e do «Diário de Lisboa» entristecem-nos. Eles foram, antes do 25 de Abril, dois jornais de cuja leitura diária eu jamais prescindia. Porque se adivinhava neles a luta possível contra o fascismo que nos oprimia.

E liam-se com gosto, esperança e até com uma certa ternura. Ao contrário de hoje, em que, vítimas de assaltos miseráveis, são uma coisa miserável que apetece repetir.

Verdade que a culpa não lhes cabe totalmente. Os últimos Governos, para além de manifestamente impotentes para solucionar a crise económica que de momento nos sufoca, revelaram-se igualmente incapazes de impedir as manobras partidárias que tomaram de assalto os órgãos da comunicação social. E, como, parcialmente, esses mesmos Governos sempre se fecharam na sua concha, escondendo a realidade, ocultando-a, fácil se tornou a alguns partidos, talvez interessados numa derrocada total que lhes possibilitasse vingarem o seu salvadores, manipular a seu bel-prazer a generalidade da informação. E o resultado foi esta

triste realidade a que inevitavelmente se chegaria: as pessoas, que hoje sentem ter sido ludibriadas, desinformadas, marginalizadas, traídas, essas pessoas já não acreditam no Governo, já não acreditam na imprensa, já não acreditam em ninguém. Porque o sonho lindo do 25 de Abril se evasiu. Aquele interregno do IV para o V Governo foi um exemplo significativo. Qualquer pessoa medianamente informada conhecia as dificuldades, sabia das recessões, adivinhava o colapso. E, não obstante, era ver estes jornais, vergonhosamente manipulados, a atirar nomes para a frente, a insinuar, a sugerir, a impor. As vezes que nós lemos que o Governo estava formado — e não estava! As vezes que nos impingiram que determinada pessoa tinha aceite — e não tinha! As vezes que nos garantiram que a posse era amanhã — e não era! A tristeza e a raiva de assim tão torpemente nos enganarem!

Mas o Governo lá se constituiu. Aos soluços. E ainda assim incompleto. Porque bem sabemos como o elenco dos Secretários e Subsecretários de Estado está muito longe de se encontrar formado. E, de qualquer modo — e mau grado a pressão daquela imprensa, sempre a mesma!, que insiste em que este se deve tornar definitivo —, é necessariamente um Governo Provisório para alguns dias. Para estoirar. Porque, reconhecemo-lo com humildade, a sua vivência é totalmente impossível quando em seu redor não se vê um mínimo de base de apoio. Não vê. Sabemo-lo todos. Sabe-o a própria organização política que sempre apoiou: o PCP. O V Governo Provisório não pode ir além de umas miséras semanas — é a nossa esperança — e já é demais. E o VI terá que ser, necessariamente, o Governo a sério, o Governo para ficar; aquele Governo que, sem ódios sem monolitismos, por uma via pluralista, há-de abrir-nos o caminho para o socialismo em cuja construção quase todos desejamos participar. E tamanha esta fé, tamanha esta convicção de que a queda deste V Governo está próxima, que até já arriscamos, publicamente, serenamente, algumas das sugestões que oportunamente pretendemos fazer ao VI. Aqui vão seis sugestões para o VI Governo Provisório.

Sugestão n.º 1 — A imprensa nacionalizada, como praticamente toda a gente reconhece, é, a todos os níveis, francamente má, e custa ao País, mensalmente, mais de 40 mil contos. Segundo notícias já divulgadas, só «O Século» e o «Diário de Notícias» dão de prejuízo, em cada mês, mais de 20 mil contos, enquanto que o prejuízo mensal dos jornais da tarde oscila entre 3 e 5 mil contos cada um. Quer isto dizer que, se estes jornais estivessem puros e simplesmente calados, a verba que o Estado deixaria

de depender chegaria para pagar mensalmente o salário mínimo a mais de 10 mil famílias de portugueses desempregados. Independentemente disso, falemos claro: a situação é insustentável. Ou os jornais são considerados de manifesto interesse social, hipótese em que haverá que incluir os seus déficits no Orçamento Geral do Estado, ou não são, e neste caso terão que bastar-se a si próprios. O que não pode é ser o Governo, via sistema financeiro, a desviar para os jornais os fundos que deverão ser canalizados para o investimento. A sugestão aqui fica: uma vez no poder, suspendam a imprensa nacionalizada durante duas ou três semanas e, com base no estudo de uma comissão a constituir, com respeito por todos os interesses em jogo e sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores, apliquem depois as medidas julgadas convenientes, drásticas que sejam: a extinção, nalguns casos, pode ser de todos o mal menor.

Sugestão n.º 2 — Aqui há cerca de um ano, o então Ministério da Economia distribuiu uma nota em que expunha a situação financeira do Fundo de Abastecimento, então com um deficit superior a 5 milhões de contos. E criticava, acerbamente, o anterior regime: a sua política sempre consistira, afinal, em adiar a resolução do problema criado pela subida de preços, acumulando assim enormes dificuldades financeiras que sempre escondearam ao País». Veio isto em grandes parangãos, nos jornais. As pessoas aplaudiram. E nem sequer reagiram grandemente ao aumento de preços que então se verificou. Afinal, ali estava, limpa, corajosa, a tal política da verdade por que há tanto tempo se hotiam.

Hoje, porém, já se sabe que a situação piorou substancialmente, porquanto não foram tomadas as medidas que se impunham em relação a alguns dos bens subsidiados.

Mas já ninguém nos diz nada. Ninguém nos informa. Voltamos à política da «caixinha», do «secundinho». Aqui, sugere-se o seguinte: não tenham medo de dizer a verdade, esclareçam-nos dos problemas que tiverem, discutam-nos conosco; o povo português, neste certo dia, aceitará melhor ficar um ano sem bacalhau se lhe explicarem que com a poupança lhe constroem uma frota pesqueira, do que a redução artificial do seu preço para alimentar a demagogia.

Sugestão n.º 3 — A CP prevê para o ano em curso um deficit de exploração da ordem dos 2,2 milhões de contos. O conjunto de todas as suas receitas não chega, sequer, para pagar as despesas com o pessoal. Mas, ao Secretar-se o aumento de tarifas, foram-se desde logo piquetes que pretendem obstar à sua concretização. E o Governo, impotente, vai cedendo. Entretanto, correm os boatos mais incríveis acerca de determinados vencimentos de algum pessoal da CP.

Fala-se em casos de horas extraordinárias permanentes, com ajudas de custo sem razão de ser. Aíram-se números que, comparados com o salário mínimo de 4 contos são quase um milhão de vezes mais para o empregado da passagem de nível, vinte e tal contos para o maquinista, cerca de trinta para o chefe de estação... Ninguém confirma, ninguém desmente... Que se possa?

Os CIT e os TLP, por outro lado, acusam igualmente a crise. Há que aumentar as tarifas para debelar o deficit. Mas logo os trabalhadores, face ao aumento das tarifas, exigem novos aumentos de vencimento. E o Governo cede. E o deficit persiste. Entretanto, ninguém tem a coragem de dizer que os investimentos programados se executam ao ritmo de um terço. Ninguém ousa afirmar que, de cerca de 40 000 telefonos que os TLP deveriam colocar em 1975, será já uma vitória vir a instalar 20 000. Porque o tempo normal de trabalho é muitas vezes gasto em plenários, em reivindicações, em greves, em ameaças de greve... Pasto com a paciência dos funcionários públicos.

Aqui deixamos mais uma sugestão: em casos como este, de aumentos inevitáveis e de reivindicações impossíveis, esclareçam os senhores e, firmemente, não tolerem desvios à política que deve ser imposta. Estamos fartos de tropelias, à sombra de pretensas liberdades de acção.

Sugestão n.º 4 — Há uns meses atrás, assustou-se, em termos assaz confusos, ao saneamento de dois quadros do Banco da Agricultura. Ao que me consta, nada de concreto conseguiu apurar-se em relação ao visado. Mas o saneamento consumou-se. Entretanto, porque o processo terá sido demasiado nebuloso, cerca de 40 trabalhadores mais corajosos terão pedido um inquérito à maneira como tudo se desenrolou. Resultado: 40 trabalhadores objecto de processo de saneamento, presões de toda a ordem, um ambiente de corrar à fach, o terror, o medo — e o saneamento parcial foi para a frente. Lá, na altura o comunicado da comissão sindical

E estremecei. Salvo erro, tinha este título: «O processo revolucionário avança». A linguagem era espantosa de horror. De massacre. De domínio pela força, torturando. Fixei algumas punições: de entre outras coisas ainda, mais tenebrosas, os quadros envolvidos baixavam, em categoria e em vencimento, da letra A ou B ao mínimo da letra D. Sentei-me acobreadado. O meu País caminhava a passos largos para a miséria moral. E não pude deixar de me interrogar: será que estes camaradas bancários apenas pediram um inquérito a um processo de saneamento? Como é possível?... Aqui, com todos os riscos inerentes, a sugestão é muito simples: façam um inquérito à actividade bancária, procurem saber como foram nomeadas as comissões administrativas, indaguem estes saneamentos selvagens, comecem pelo caso que descrevi.

Sugestão n.º 5 — A Previdência, segundo tive conhecimento, é credora de mais de 5 milhões de contos por falta de pagamento das contribuições das empresas. É natural que assim seja. A actividade económica, em muitos casos parou. O desemprego aumenta. A inflação alastra. O desequilíbrio da balança de pagamentos acentua-se. É cada vez maior a perturbação no mercado monetário e financeiro. Neste quadro caótico, é natural que as empresas não tenham dinheiro, recorram ao crédito, cancelen pagamentos, não paguem impostos — tudo isto numa ansia incontinida de, ao menos, no final de cada um dos meses garantirem o ordenado ao seu pessoal. Mas os serviços da Previdência, ao que parece, não entendem isto, baralham tudo: para eles há tão só um culpado apenas — o reaccionarismo dos empresários que boicotam e sabotam a economia nacional. É esta a sugestão: expliquem, serrosamente, pacientemente, que está estafado o hábito de tudo atribuir à reacção. O que é uma crise económica palpável, reflexa, em certa medida, de toda uma ineficácia do aparelho politico-administrativo. Não nos baralhem o juízo com reacções. Por favor esclareçam-nos onde começa e acaba o boicote e onde começa e acaba a incapacidade de acção.

Sugestão n.º 6 — Há dias, teve o País conhecimentos, através da imprensa, do golpe maquiavolicamente oportunista perpetrado contra os Comandos da Amadora e o Coronel Jaime Neves. Todos os jornais disseram que o golpe fora planeado e conduzido de fora, via determinado partido. Mas nenhum jornal, que eu saiba, teve a coragem de afirmar que o oportunista, o golpista, o intruso — era o PCP. Deixamos aqui a, por agora, última sugestão: em casos como estes, de perfetos assalto à hierarquia do poder, e qualquer que seja o partido, a denúncia tem que ser clara, objectiva, total: o golpe é do partido X.

—o—

Queria, entretanto, recordar que o oportunismo, o seguidismo, o novo-rigismo são características perfeitamente identificáveis nos nossos dias. Há uma nova burguesia: a que saiu de todos aqueles que, a seguir a 28 de Setembro e ao 11 de Março, mais rapidamente conseguiram tomar de assalto o poder. Dois exemplos:

Exemplo primeiro: — Aqui há tempos, uma delegação de trabalhadores da indústria têxtil, no Noite do País, decidiu discutir os problemas do sector. Nada mais louvável. A indústria têxtil atravessa uma crise profunda, está à beira do colapso.

Todas as achegas que, para minorar esta crise, pudessem dar aqueles trabalhadores, seriam bem-vindas. O País agradecia. Só que esta reunião, num sector em crise, poderia ser num qualquer escritório, na casa de qualquer deles. Foi em Ofr: No hotel de luxo. Depois, houve alguém

que não gostou. Insurgiu-se, criticou. Foi o bastante para que aqueles trabalhadores, que apenas se dedicavam ao estudo dos problemas da indústria têxtil clamassem, fiáveis, que não iam a ser atacados pela reacção. Admitamos que sim, que foi a reacção que atacou; neste caso até foram os trabalhadores que a provocaram.

Exemplo segundo: — A Intersindical preocupadíssima com a crise do turismo português, decidiu enviar, durante cerca de um mês e meio, uma sua delegação a quatro países do leste, no intuito de ali estudar as hipóteses de um eventual intercâmbio turístico. Louvemos, também neste caso, a atitude. Talvez existisse ali uma hipótese de a crise se debelar. No regresso, porém, a delegação concluiu que o relatório a elaborar era tão complicado que só a brisa do mar seria capaz de inspirar a mente dos relatores. E vai daí — prais D. Ana, no Algarve, com o hotel ali mesmo ao lado.

Abençoada Intersindical! Só que, desta vez, é «mais que certo» que o turismo «gança». (Aqui para nós, permitam-me um parêntese de desabafo: há tempos, quando o Sr. Primeiro Ministro convidou a uma jornada suplementar de trabalho, eu também fui, e com gosto. Depois, não sabendo qual a melhor maneira de aplicar aquele dinheiro, entreguei-o ao meu sindicato, que, sem me consultar, o ofereceu à Intersindical. Agora dou pulos de raiva, arrepele-me todo de cada vez que penso ter sido o meu trabalho que ajudou a financiar as «banhoas» na D. Ana. Ah! já me esquecia: e não percam tempo a esclarecer-nos de que não foi a Intersindical que pagou. Já calculávamos).

ANDRADE, António Flores de

ABRE esta página com um recado de um socialista (PS) a Otelo Saraiva de Carvalho, em que se faz do jogo dos partidos como fonte de dinamismo revolucionário. Dep. Daniel Amaral — economista que chegou a estar indigido para Subsecretário do Estado das Finanças do IV Governo, tendo sido condecorado também após a constituição deste e que vai retomar funções, que já exerceu, no Banco de Fomento — formula algumas sugestões concretas para a resolução do impasse político-económico. Justina Sarmento, a líder do movimento de base ataca os problemas da mulher, perspectiva esses mesmos problemas dentro da sociedade portuguesa actual.

Recado ao general Otelo

António Flores de Andrade

SOU UM vulgar cidadão português. Dos que se preocuparam, desde os verdes anos, com as coisas políticas deste país. Na «oposição».

Dos que, nados e criados na chamada classe média (a coluna vertebral deste nosso Portugal), nunca deixaram de se preocupar, mais ou menos activamente, com as classes mais oprimidas por Salazar e Caetano. Dos que usaram proclamar era público (antes de 1974...) a sua opção socialista, como forma desejável de organização para a sociedade portuguesa (disso tendo provas públicas). Dos que não tendo (felizmente) bastido com os ossos em Caxias, não escaparam à vigilância da PIDE, em Portugal e em Angola (já em 1962). Dos que, enfim, recuando que não tiveram qualquer papel decisivo, ou sequer importante, na construção possível do 25 de Abril, sentiram essa data como um dos dias mais felizes da sua vida, pelo que ela significava de libertação para o povo português.

Após esse dia formidável, colaborei com entusiasmo no escaquecimento de pessoas ávidas de reconhecer a liberdade e de resol-

ver os seus anseios mais legítimos, como o já fizos antes. Só que agora, com a alegria de poder fazê-lo em liberdade e de ver os cidadãos portugueses deitarem cá para fora, enfim, todas as suas enormes capacidades até aí alongadas.

De há uns tempos para cá, ao entanto, dei comigo a desistir. E assisti, despostoso, ao deslaminar que igualmente se apossou da luga maioria dos nossos concidadãos, atitude a que não são alheios os mais desprezados. E assisto agora à revolta de um povo que, ao fim e ao cabo, (a verdade é sempre linda) se sente enganado.

Fui, e serei sempre contrário à violência, e daí, lamento profundamente a forma como o povo reagiu neste momento. Mas nego-me a condená-lo, como me nego a aceitar que esse impulso violento seja, exclusiva ou sequer principalmente, fonte de mudanças das forças reaccionárias (que, ao entanto, só se não puderem é que não se aproveitaram da situação).

Então, que diabo aconteceu a este país? E porque lhe pergunto isto a si?

À primeira pergunta já lá vamos. A segunda respondo imediatamente: porque não me esqueço que, sem a sua habilidade militar, talvez o dia 25 de Abril se tivesse, muito provavelmente, anulado por um fracasso, o que o torna um dos grandes obreiros, e simultaneamente um dos grandes responsáveis pelo que aconteceu a este país; e porque, apesar de quase tudo o que você tem afirmado publicamente, devesse conduzir à atitude contrária, ainda quero acreditar em si, ou melhor, ainda quero crer que você saberá compreender o povo português, e desejará construir o socialismo com ele e não contra ele.

Quanto ao que aconteceu ou está a acontecer ao nosso país, talvez sejam muito simples responder, se falarmos com a franqueza que você gosta (e eu também): a análise, está, aliás, feita e mais do que feita, por partidos, intelectuais, militares, por governantes e governados. Certo que uns e outros têm dificuldade em se entender numa opinião unânime, pelo que comexinhamento (como cabe ao cidadão comum) me atrevo a avançar

que o desmoronamento deste país começou quando o MFA, entendeu que devia conduzir o processo político à margem dos partidos políticos. É que, a partir dessa atitude, uma das duas formulações era inevitável: Ou o MFA não adoptava uma qualquer linha ideológica específica para a construção do socialismo; ou, adoptando-a, gravava imediatamente no seu seio forças de sinal diverso. Uma ou outra fariam cair o processo em ponto-morto.

Não sei ao certo qual das duas desgraças aconteceu ao MFA: entre o alinhar nítido (verbal) com posições radicais, e a indefinição (na prática) de uma linha de rumo conseqüente — talvez as duas.

Certo é que — diga-se o que se quiser, e este país está farto de especulações intelectuais — o povo português já afirmou claramente por vários meios que quer o socialismo, quer a democracia, quer a liberdade, quer a ordem, quer tranquilidade, quer felicidade; e que não quer ser marginalizado do processo político que se nega a ser manipulado em nome de pseudo-liberdades

democráticas, que não deseja maiores dificuldades económicas do que as que sempre teve. E talvez esse povo queira também (embora não sabendo exprimi-lo) que o seu voto seja respeitado; e não esteja talvez tão muito interessado em ter o MFA (ou um partido único a pensar por ele.

Terra-a-terra lhe digo, que só vejo uma via para sair disto: é o MFA regressar à sua atitude original de vigilância do processo político em curso, deixando a dinâmica desse mesmo processo ao jogo livre e democrático dos partidos, através dos quais o povo terá oportunidade de manifestar a sua vontade. Vigilância (e participação) que o MFA poderá exercer através do Conselho da Revolução, do Presidente da República, do Primeiro Ministro e de alguns Ministros (militares).

É uma solução «burguesa»? Chamar-lhe-á o que quiser, mas sempre lhe digo que com um MFA vigilante e atento se evitará o «burguesamento» da revolução.

Os partidos não se entendem? É evidente! Mas sempre lhe

digo também que são as divergências partidárias — tanto quanto a experiência tem demonstrado por esse mundo fora — que tornam a acção governativa uma dinâmica. Quando os partidos todos se entendessem univocamente, teríamos... o desejado partido único.

Tudo quanto não seja isto — e a aliança que, entre o Povo e o MFA, então existirá (ai sim!), quando aquele representado nos partidos, vir nesse o guardião da lisura e espírito revolucionário da actividade democrática das organizações em que se apoia — tudo quanto não seja isto, será a tentativa vã de, mais ou menos intelectualmente, inventar mezinhas para o processo político português, das quais o povo está farto, e de que não resultam para ele quaisquer benefícios, a médio ou longo prazo.

Claro que há outra hipótese: a ditadura. De esquerda ou (e a surpresa será cada vez menor, à medida que o tempo passar) de direita. Mas isso de ditadura você não querará. Se eu não acreditasse nisso, nem lhe escreveria esta carta...

SARMENTO, Jacinta

Mulheres contra homens?

Jacinta Sarmento

MUITO tem sido escrito sobre as relações entre homens e mulheres, muito tem sido dito, e o problema tem implicações tão extensas, que tratá-lo é uma tarefa sempre renovada e jamais esgotada.

Radicais ou reformistas, os movimentos de libertação das mulheres proliferam. Perante esta extensão, os homens tomam posições ora paternalistas, ora hostis, promunciam-se, insurreccionam-se, colaboram (?).

Para onde vão as mulheres? O que pretendem? Quem as detirá?

O hábito hereditário e a educação fazem com que a situação actual da mulher seja considerada natural pela maior parte das mulheres e dos homens. Mesmo homens «revolucionários» consideram que a libertação da mulher é de menor importância e urgência, e que é preciso sacrificá-la ao «interesse geral» imediato. Mas será que o interesse geral exclui o interesse das mulheres? E será realmente o interesse geral?

Do mesmo modo que não pode haver libertação das mulheres sem revolução, também não pode haver verdadeira revolução sem libertação das mulheres. E a libertação das mulheres terá que partir delas próprias, terá que beneficiá-las efectivamente. Da mesma forma que solidarizar-se com as lutas dos outros países, e, antes de mais nada, lutar no país onde se vive; também solidarizar-se com a luta anti-capitalista, é, para as mulheres, antes de mais nada, lutar contra a exploração específica de que são vítimas. Creio que ninguém se bate melhor do que no seu próprio campo. E não se aprende a liberdade consentindo na opressão. Não se aprende a independência deixando os outros decidir por nós. E com que direito? Somos nós efectivamente incapazes? Ou queremos-nos incapazes?

No princípio foi a necessidade do patriarcado de isolar certos grupos que pelas suas características particulares constituíam uma ameaça para o sistema. Esses grupos (judrus, negros, crianças, etc.) são sistematicamente inferiorizados e oprimidos. Além de oprimidos, são muitas vezes explorados, como é o caso da mulher, cujo trabalho invisível de reconstrução da força de trabalho do homem, não é reconhecido como trabalho, não tem valor económico. A procriação é uma função social (reprodução

da força de trabalho), no entanto a criação dos filhos é quase exclusivamente da responsabilidade da mulher, (e apesar disso não se lhes permite sequer escolher ter ou não ter filhos — aborto proibido, métodos contracepcionais difíceis de obter, ou mesmo desconhecidos). Além disso, a mulher que é obrigada a trabalhar fora de casa (mulher do operário cujo salário é insuficiente, mulheres sóis) é, no seu trabalho, ainda mais explorada do que o homem.

A procriação, quando não controlada pelos homens, podia tornar-se uma ameaça ao seu poder e ao sistema da propriedade privada. Por isso era importante dominá-las, inferiorizá-las, extorquir-lhes a sua personalidade e identidade. Fechadas na sua «feminilidade», isoladas na célula familiar, elas foram levadas a identificar-se com os próprios opressores. Se outros grupos oprimidos foram fechados em «ghettos» que lhes deram oportunidade de tomar consciência da sua opressão colectiva, as mulheres, pela sua dispersão, não têm nenhuma identidade de grupo; a «produção natural» que constituía a sua autonomia, transformou-se na sua própria condenação. «O patriarcado é uma sociedade de adultos contra crianças, de classe contra classe, de nação contra nação, e, no fundo, de cada homem contra outro: a luta de todos contra todos.» (!) O capitalismo não desaparecerá totalmente enquanto não se acabar com o patriarcado, e portanto com a alienação das mulheres. Se a sobrevivência do estado capitalista assenta sobre a exploração do proletariado, assenta ainda mais sobre a exploração das mulheres.

Sem a luta das mulheres, não há marxismo, há economicismo.

Só através da prática da luta das mulheres é possível chegar à crítica materialista das funções da família proletária na sociedade capitalista. A função económica de base da família fundamenta-se na dominação (material, ideológica, etc.) das mulheres pelos homens. O homem oprime a mulher, e os dois oprimem a criança: a família é a primeira escola de opressão necessária à perpetuação do sistema capitalista. A luta das mulheres occorras os homens durará enquanto a família existir. E «elas não podem ter a ilusão que o homem as ajudará a sair da sua condição, do mesmo

modo que os operários tem pouco a esperar da burguesia (1). Uma revolução consequente é feminista.

Mudar de vida

Quando se fala da necessidade de acabar com as relações existentes, seria necessário propor novas. Mas nem sempre é possível dar respostas imediatas. É que as formas de viver vão-se transformando em evolução lenta, a revolução é um processo longo, fazem-se e refazem-se experiências, em cada momento há fases diferentes que coincidem, há o velho e o novo que se chocam. O que é importante é não nos fecharmos em ideias fixas, repensar as coisas quantas vezes for necessário, estar atentas às condições materiais. O que é importante para as mulheres que são apesar de tudo privilegiadas, é saber que têm um trabalho a fazer junto das outras. Não para ensinar, ou pelo menos não só, mas para aprender, para compreender e sobretudo para agir. Para nós, antes de mais nada, é preciso aprender a assumir-se só. E onde encontrar a segurança que o casamento, o homem, nos proporciona? — perguntar-lhe. Responderei com uma nova pergunta: trata-se realmente de segurança? Se pensarmos bem, trata-se apenas de uma ilusão de segurança. Aliás, haverá alguma segurança para alguém na sociedade capitalista? Crio bem que a única saída que nos resta é adaptarmo-nos a viver na insegurança. Não valerá mais a lucidez do que o auto-engano?! Para quê compromissos inúteis?

Quanto da nossa solidariedade é sacrificada por «amors» dos homens. A mulher traz a mulher para «ganhar» um homem, é assim que ela pretende medir o seu poder. Mas o poder que nos é necessário não é um poder baseado na intriga e no aproveitamento da fraqueza de outrém. Não é um poder de dominação. É um poder de liberdade. É o poder de sermos nós próprias, independentemente do facto de conseguir ou não um homem; é o poder de se ser inteira e não metade. É o poder de assumir a própria solidão e de a transformar em escolha deliberada, porque só depois de nos termos encontrado a nós próprias, é que poderemos sem perigo encontrar n'outro. Enquanto a nossa procura do outro for

uma tentativa de dar uma justificação à nossa vida, a colonização continua, uma colonização consentida, procurada. Chegaremos nós a uma sociedade onde o amor seja possível, sem chantagem nem dependência, um amor entre pessoas inteiras e não seres inacabados à procura do que os complete?

Germaine Greer afirma que o amor não é possível enquanto for compreendido como uma relação entre superior e inferior, porque o inferior não pode dissociar esse sentimento dum interesse egoísta seja ele um desejo de segurança ou de obtenção de vantagens sociais. E acrescenta: «o objecto do nosso amor só pode ser alguém igual a nós — não é possível amar alguém que constitua uma ameaça para nós» (2).

Chegaremos nós a uma sociedade onde não haja exploradores nem explorados, onde a comunicabilidade entre as pessoas seja restabelecida, onde não haja genocídio? Uma sociedade onde não haja relações de posse entre as pessoas, onde cada um tenha direito ao seu corpo, onde as próprias crianças tenham os meios de ser autónomas? Uma sociedade em que cada um seja responsável?

A luta das mulheres não é apenas mais uma frente de luta, ela é indispensável. É tem que partir da base, não dos partidos masculinos que procurarão controlá-la ou manipulá-la. Dar-se-ão conta que ao negar autonomia à luta das mulheres comprometem os princípios que dizem defender? As mulheres portuguesas têm problemas específicos urgentes a resolver: contra-cepção, aborto, infantários, salários, trabalho caseiro. E reclamar leis que nos dêem os nossos direitos, é importante, mas não chega. Temos que passar à prática das tentativas de solução; temos que assumir a revolução da vida quotidiana.

Não é uma luta contra os homens. É uma luta pelos homens.

(1) «Etre exploités», por Elena, Gabrielle, Giorgio, Silvia, Luisa; éd. Femmes.

(2) Bebel: «La femme et le socialisme».

(3) «The female Eunuch».

VASCO GONÇALVES:

DE MILITAR DA MÉDIA

BURGUESIA

A INSTRUMENTO DO PCP

QUEM É o militar promovido a político que, repetindo sem imaginação o qualificativo de Moreira Baptista e da «Época», chamou ao EXPRESSO «patriotismo»?

Quem é o Primeiro-Ministro do passado por este efêmero V Governo Provisório?

Quem é o orador de Almada que deixa neste seu derradeiro «caso do cisne» bem marcado o apego que votou ao poder, que conhece de há um ano e menos de dois meses de chefia do Governo?

Uma resposta rápida e superficial contentar-se-ia com um currículo sintético e quase oficioso.

Por este currículo se veria que Vasco Gonçalves nasceu em 1921.

Matriculou-se na Academia Militar, em 1942, na Arma de Engenharia.

Em 1947, ingressou no Quadro Permanente do Exército.

As suas sucessivas promoções efectuaram-se com uma cadência usual em várias gerações de oficiais sob o fascismo. Alféres em 1946; Tenente no mesmo ano; Capitão em 1954; Major em 1963; Tenente-Coronel em 1967 e Coronel em 1971. Depois do 25 de Abril de 1974, Vasco Gonçalves seria promovido primeiro a Brigadeiro, depois a General.

Possui a especialidade de sapper e os cursos de Comandantes de Companhia e de promoção a Oficial Superior.

Mas, a indicação sumária e seca destes factos pouco nos diz sobre o homem e a sua maneira de ser.

O homem na guerra colonial

Assim, e antes do mais, ocorre a lembrança da passagem de Vasco Gonçalves pelo teatro da guerra colonial.

De 1955 a 1957, chegou mesmo a estar em comissão de serviço no então Estado da Índia. Mas foi de 1965 em diante (já major) que conheceu mais de perto a guerra colonial e toda a experiência africana.

De 65 a 67, presta serviço em Moçambique. De 70 a 72,

em Angola. Da forma como se houve dessas tarefas falam as condecorações então concedidas, de que se realçam as Medalhas Comemorativas das Campanhas de Moçambique e de Angola, e sobretudo a Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma. Esta última foi-lhe concedida em 1973, a terminar um período que ainda recentemente o General Pinto Soares recordou como tendo demonstrado o «patriotismo» de Vasco Gonçalves, possivelmente tal como esse «patriotismo» era entendido à luz da filosofia orientadora da missão das Forças Armadas Portuguesas na guerra colonial.

Porquê esse contra-senso histórico que é num democrata a vivência tão completa de uma guerra colonial? Talvez que a razão seja mais ampla, do que o mero caso Vasco Gonçalves.

Mas é à luz destes factos que ganham particular curiosidade palavras como as que Vasco Gonçalves proferiu em Lourenço Marques, depois da investidura do Presidente da República Popular de Moçambique (25-7-75): «Quando se desenvolve a guerra no Ultramar, não eram só os povos sob administração portuguesa que estavam sendo colonizados, também o Povo Português estava sendo colonizado; daí o grande traço de união da nossa luta comum; daí o nós podemos dizer que o Povo Moçambicano e o Povo Português têm destinos comuns, são os destinos da sua própria libertação.» (O sublinhado da expressão «nossa luta comum» é nosso).

Terá a ideia do MFA como movimento de libertação vindo precisamente do complexo da incoerência perante a guerra colonial? Pode falar-se em «luta comum» tendo presente, o papel das Forças Armadas de qualquer país numa guerra colonial?

Um homem da média burguesia

Mas, sob o oficial integrado no corpo militar actuante nas colónias, Vasco Gonçalves apareceu sempre como um membro da média burguesia elevada (ou se-

ja, da que, em muitas das suas características, se aproxima da alta burguesia).

Este posicionamento de classe é muito importante, até pelo facto de se ter mantido inalterado depois do 25 de Abril de 1974.

Além de professor da Academia Militar, Vasco Gonçalves deteve, por virtude de herança, e depois de opção pessoal, posições de relevo como empresário-capitalista em dois sectores económicos destacados.

Por um lado, foi e é sócio da casa de câmbios «Victo Gonçalves, Lda», de cujo capital de 2000 contos, dividido em 4 quotas de 500 contos, possui metade, correspondendo, portanto, a 2 quotas no valor de 1000 contos.

Por outro lado, foi e é sócio-gerente da «Sociedade de Empreitadas Barra, Raimundo & Gonçalves, Limitada», de que detém uma quota no valor de 1700 contos, correspondendo a 1/3 do capital social. Ambas as empresas são praticamente sociedades de capital só familiar.

A importância destas referências deriva de dois factos:

a) Da posição dos dois sectores considerados — o das casas de câmbios e o da indústria da construção civil.

De facto, num período de crise nos pagamentos internacionais como o que atravessamos, as casas de câmbio ganham relevo por centralizarem grande parte das operações de câmbio.

Quanto à indústria da construção civil, ela chegou a constituir, antes do 25 de Abril, um dos sectores mais lucrativos, e por que não dizer especulativos, da actividade económica portuguesa;

b) Mas, o essencial é que nenhum dos dois sectores — apesar do papel do primeiro no controlo das trocas de moeda, e da situação de crise aberta do segundo — foi nacionalizado. A nacionalização da banca não envolveu as casas bancárias; os planos de construção estatal não puseram em causa a iniciativa privada no sector.

Não se quer com isto dizer que se pense que a não nacionalização destes sectores tenha algo a ver com um empenho do Primeiro-Ministro.



Apenas se lembra que tais sectores são — agora — dos mais importantes dos escassos que foram deixados à iniciativa privada. Quer isto dizer que a pessoa do Primeiro-Ministro pertence à minoria muito restrita que detém meios de produção privados de relevo.

E, da própria inserção económico-financeira do General Vasco Gonçalves, decorrem as naturais e frequentes alusões linguísticas que fazem a preocupação da média burguesia.

Estas alusões, muitas vezes aparecem, de resto, como desvios ou atalhos na lógica política pura do discurso.

Outro aforramento de preocupações decorrentes da situação socio-económica em causa é a crítica esporádica a ocupações de casas, o que o leitor associará possivelmente com a recente prisão de ocupantes inoperados da vivenda do Primeiro-Ministro em Cascais (aliás, uma das três casas que possui, embora de momento utilize o Forte de Catalazete, junto a Oeiras, exactamente o mesmo que foi usado por Marcelo Caetano, enquanto Primeiro-Ministro).¹

Como pode este burguês médio-

antifascista e democrata compatibilizar a sua posição de classe (não alterada), com um papel de «vanguarda» que tem crescentemente reivindicado nos tempos mais recentes?

O homem e os golpes militares

Com uma cultura política onde avulta a influência marxista, embora não ostentada, e que era superior à de muitos camaradas de armas, Vasco Gonçalves não foi um dos primeiros promotores do Movimento dos Capitães.

Neste veio a participar mais para o fim de 73, pela mão designadamente de Pinto Soares e em conjunto com mais 4 oficiais da Arma de Engenharia.

Mas, a sua presença em golpes militares tivera já um ensaio adiado no movimento militar de 12 de Março de 1959. Então fez parte de um Directório militar que incluía entre outros Almeida Santos, Varela Gomes e Manuel Serra — este como representante dos comandos civis.

Contudo, depois de Varela ~~Gomes~~ sector afastado do movimento, e do PCP (a 7 de Março)

ter seguido o mesmo caminho, Vasco Gonçalves e o seu grupo, também abandonaram a participação nele.

Aliás, o Compromisso de Honra e o Programa Político do Movimento, assinados a 11 de Fevereiro pelos principais participantes, não o foram pelo Cap. Vasco Gonçalves, que alegou estar ali em representação de um grupo, não podendo assinar individualmente. Esta atitude então surpreendeu alguns camaradas.

Regressando ao 25 de Abril de 1974, Vasco Gonçalves, que era o oficial mais graduado do Movimento, esteve na Comissão que reponderou o Programa do MFA redigido por Melo Antunes, bem como na Comissão Coordenadora do Movimento.

O seu póe-25 de Abril é bem conhecido:

— Conselho de Estado via MFA em Maio;

— Primeiro-Ministro a partir de Julho, à frente dos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º Governos Provisórios.

Entre os dois marcos e depois do segundo, são vários os sinais de a sua conduta orientadora obedecer sempre a uma linha dominante, primeiro sem grande demarcação ideológica, depois

em crescendo acelerado.

Ninguém ainda, porém, divulgou prova cabal demonstrativa da sua pertinência (ou não), no passado, ao PCP, conforme veio a ser circulado sob a forma de boato.

A verdade é que o próprio nunca respondeu, de forma definitiva, a essa dúvida. Recorde-se, por exemplo, uma entrevista concedida ao «Süddeutsche Zeitung» (25-3-75), em que Vasco Gonçalves chega a dizer: «Eu poderia responder à sua pergunta com sim ou não, mas ninguém me poderá levar a isso» (e, para fugir à resposta, recordou o «apartidarismo» constante do Programa do MFA).

Já é, ao invés, incontrovertível a influência que nele têm tido com cada vez maior peso os seus mais próximos colaboradores, e dos quais um bom número se faz porta-voz da linha PCP (e ou MDP/CDE).

A evolução da linguagem política

Em pouco mais de um ano, o léxico político de Vasco Gonçalves sofre transformações espantosamente acentuadas. A acompanhar o ritmo da Revolução, mas também a mostrar um espírito sujeito facilmente a influências e/ou posições de reserva mental no passado.

Assim, por exemplo, os seus primeiros discursos seriam hoje considerados marcadamente contra-revolucionários. Pelo menos por si próprios.

A 18 de Agosto de 1974, numa longa mensagem televisiva dirigida ao País, não se encontra uma só referência à opção socialista, já que apenas se fala em construir em «Portugal democrático, próspero e independente».

Ao apontar as metas económicas, Vasco Gonçalves diz expressamente então: «Não se passa de um momento para o outro de país dos mais atarrasados da Europa para o nível de uma França ou de uma Itália.» (Exemplos hoje englobados no sistema capitalista, que, por exemplo, Vasco Gonçalves, ataca na última intervenção na Assembleia do MFA.)

Ocorrido o 28 de Setembro, esperá-se-ia ver uma imediata inflexão nas palavras (decerto tradutoras do pensamento) de Vasco Gonçalves. Mas não.

O Primeiro Ministro ensaia os seus primeiros (e débeis) passos de «Fidelismo» formal, ao dirigir-se às massas em discursos longos e de doutrinação mais intensa, tentando importar desajeitadamente o estilo do líder cubano.

Mas, por exemplo, no discurso proferido no Porto, a 5 de Outubro, ainda se encontram os seguintes elementos:

a) — a repetição insistente da relevância do Programa do MFA (alusão esta que abandonara depois);

b) — um condito circunscrito de «reacção»;

c) — a defesa de um projecto referenciado como democrático, não se aludindo ainda em socialismo;

d) — a alusão à base social da revolução nestes termos: «O povo — quando digo o povo é a população de todo o país — são as classes trabalhadoras, são os camponeses, são os intelectuais, são os estudantes, são os pequenos comerciantes, são os pequenos, médios e grandes industriais» (o sublinhado é nosso);

e) — sobre as metas económicas Vasco Gonçalves continua a lembrar que «nós não podemos arrancar para o desenvolvimento com padrões de vida como os que já têm uma França, ou uma Itália ou, uma Inglaterra. Estes são países que já vivem em democracia, que não sofreram 50 anos do fascismo opressor. O povo tem que ter consciência disso tudo, tem que ter consciência dos limites que são impostos às nossas reivindicações, porque nós não podemos arrancar para o desenvolvimento com os mesmos salários mínimos com que hoje se vive nesses países. Para lá chegar os povos desses países percorreram um longo caminho de luta e trabalho».

Não vamos aqui analisar detalhadamente o que foi a produção desenfiada do léxico de Vasco Gonçalves a partir de Janeiro de 75.

Mas, recordaremos, ainda assim, o discurso de dinamização cultural no Sabugo, em Fevereiro, como um marco significativo da situação ante-11 de Março (marco assinalado pelo uso de conceptualologia e terminologia MDP/CDE):

a) Deste modo continua a falar-se de democracia económica e social e não de socialismo; mas a novidade é a «via socialista», cuja originalidade nesta fase é sistematicamente acentuada;

b) Na sua análise avulsa a constante da luta antimonopolista e antilatifundiária;

c) Afirma-se já que o processo eleitoral não poderá fazer recuar a Revolução, a prenunciar posteriores comentários que fez ao resultado das eleições de Abril. No seu todo, nesta fase MDP/CDE, as partes de defesa têm um pequeno relevo face às partes que consagra à construção do futuro; apesar de ser patente já a referência a críticas partidárias dirigidas à solução política portuguesa.

Um homem isolado

O itinerário político correspondente aos últimos quatro meses da actividade de Vasco Gonçalves traduziu uma definição que passa da análise MDP/CDE para a análise PCP, e o estigmatiza com um isolamento progressivo.

Os discursos de Maio, e sobretudo de Junho e Julho, contém já análises da realidade portuguesa de um prisma marxista mais rigoroso, que tende a coincidir

Continua pág. 14

De militar da média burguesia a instrumento do PCP

Continuação da p. 13

cidir em vários pontos importantes com as análises do PCP.

As últimas intervenções na Assembleia Geral do MFA durante a crise governativa de Agosto, que têm por base textos preparados no Gabinete, revelam as seguintes características:

1. A análise adoptada passa a ser ostensivamente coincidente com as do PCP, e dela resulta de forma inequívoca a adopção de uma linha de democracia popular (linha que, p. ex., na entrevista ao «Süddeutsche Zeitung», V. G. repudia claramente); em momentos pontuais, V. G. procura pontos de convergência de esquerda com a extrema-esquerda, também aí em paralelo com as «demarções» do PCP via Blauqui Teixeira;

2. começa a dominar os discursos a obsessão da perseguição generalizada, a exigir uma defesa sistemática, em todos os azimutes;

3. a defesa feita por V. G. exige o alargamento crescente dos sectores adversários apodados de reacção, dentro e fora do MFA;

4. esta qualificação pressupõe que é próprio Vasco Gonçalves (e a linha que representa) o intérprete autêntico do sentido da Revolução, sendo as linhas divergentes consideradas contrarrevolucionárias. Essa assunção da Revolução chega a ser manifesta em certos documentos.

Como resposta inconsciente ao isolamento crescente, Vasco Gonçalves tende a ignorar a realidade, em benefício das divagações teóricas em que o divul-

gador concebe um mundo mítico à dimensão dos seus sonhos.

5. a defesa implica radicalização de posições e esta contribui para aumentar o isolamento.

A megalomania do sacrifício

Neste contexto, um simplismo maniqueísta de análise e a criação de um universo lresal juntam-se numa megalomania crescente.

A realidade deixa de ser o que é, para passar a ser o que como tal se conhece. Os «desvios» têm explicações teóricas simples. Tudo isto revestindo, amálgua, a forma de um «populismo» de ocasião, que continua a ficar a quilómetros de um Castro, apesar das loas constantes que a informação PCP lhe faz, no «bom velho estilo» salazarista.

Mas, a megalomania parece acompanhada da assunção artificial de uma postura de «sentir revolucionários» que chamáramos de «equiparação forçada a Allende».

Esta equiparação, aliás, tem sido alimentada — e por vezes — pelos órgãos de informação sob influência do PCP, ao «criarem» os «Mercúrios», as manobras envolventes da CIA, a sabotagem económica interna, em decalque imediato e forçado do Chile-1973.

Como é óbvio o paralelismo é, em pontos demagógicos e historicamente verificado, Vasco Gonçalves não é Allende, nem pelo seu passado, nem pelo seu presente. O MFA não é — felizmente — as Forças Armadas Chilenas.

Vasco Gonçalves não esgota a revolução que tem como seus expoentes tão ou mais fidedignos capitães da primeira hora. A reacção chilena não é aproximável mecanicamente a parados hoje ditos reacçãoários, e que foram membros de 4 Governos Provisórios. E por aí adiante.

Aliás, o Documento dos 9 veio designadamente desmontar o paralelismo autojustificativo que se pretendesse criar com o Chile de Salvador Allende. O isolamento de Vasco Gonçalves no seio do MFA, ou seja de alguns dos principais vectores da Revolução, é muito diverso da destituição violenta do presidente Allende pela força armada da reacção.

É neste contexto que se integra o derradeiro impetoso de Vasco Gonçalves, dito na posse dos Secretários e Subsecretários de Estado a 20 de Agosto; e do qual apenas chegou até aos portugueses um resumo escudadoso:

— para o ainda Primeiro-Ministro, o V Governo — e só — reúne os verdadeiros socialistas; nas palavras e nos actos;

— o ataque a si é interpretado como um ataque a todo o processo revolucionário, pois se considera identificação em exclusivo com ele, sendo o Governo que formou, por conseguinte, o mais revolucionário de todos os jamais imaginados em Portugal;

— a explicação da crise nacional é atribuída só (e sem explicações) «à intensa luta de classes hoje vivida neste país», com um simplismo que talvez merecesse o qualificativo de «militantismo

idealistas, constante do discurso de Costa Gomes.

A conclusão é dramática: se os verdadeiros revolucionários são os que estão consigo (sendo todos os divergentes, mesmo se não frontalmente opostos, inimigos da revolução); e se a realidade é o que é apenas devido às manobras da reacção, então quem que fosse por um minuto apenas que este governo tornasse posse, nem por isso os seus membros deixariam de o fazer, porque sabem e sentem que é essa a sua responsabilidade histórica.

Haverá da parte deste puro caído no isolamento do seu mundo peçoado de apostos ilusórios e de uma coerência revolucionária por medida a presunção de pensar que a história um dia o lembrará como mártir da Revolução?

Não terá ele consciência do ridículo atroz da sua teimosia quisotiana de combater as velas do moirão, pensando serem os inimigos reais a abater em nome da revolução?

Perante este quisotismo avulso, a ameaça da revelação futura de factos destes 14 meses de governo soou a alibi elegante, a pressão pouco dissimulada — mas só veio revelar a fraqueza daquele que a atenua timidamente sem a concretizar de imediato.

Fam muito boa gente, os meandros do poder em Portugal são tema para o foro sociológico e também para a atenção piquirítica.

Cremos que ainda não é desta que se fugir a cada dupla análise.

Mas, para lá da atracção pelo caso humano, a sobreposição

crónica, a partir de certa altura de determinados quadros analíticos (os do PCP) à realidade foi a causa principal da oposição de crescentes sectores políticos e sociais a Vasco Gonçalves, e até da ineficácia concreta das deliberações governativas tomadas, e raramente executadas.

E por que é que Vasco Gonçalves assumiu aqueles quadros?

Adesão funda, embora não revelada, a uma linha política partidária?

Sujeição a influências pressionantes de uma linha partidária, sem a consciência da vinculação que essas influências acarretam?

Inclinamo-nos para esta segunda hipótese, mais logicamente compatível com um estatuto de classe de média burguesia e um desequilíbrio emocional que só facilitaram os avanços políticos das forças que se alinharam à sua sombra.

Homem destruído nas contradições entre uma origem e estatuto de classe privilegiada, e um vanguardismo radical; desorientado entre a megalomania do poder, e as descontinuidades do seu exercício — Vasco Gonçalves tudo fará, até ao fim, para sentir e fazer sentir que foi e é mártir da revolução.

Ontem em Almada, hoje em Seixões (ou talvez não). Amanhã onde?

Como é triste a perda de consciência do que se é, do que se vale, do que se parece, e do despojo que se vai suscitando cada dia que passa!

20-8-75

O discurso de Almada:

Um homem só rodeado pelos fantasmas que ele próprio criou

«A QUESTÃO é entre aqueles que querem exercer o Poder, ao contrário de ajudarem o Povo a tomar o seu destino em mãos, e aqueles que, pretendendo exercer o Poder em nome do Povo, querem perpetuar a sua exploração».

(Vasco Gonçalves, em Almada, na segunda-feira passada, em discurso difundido em directo pela Televisão, pela Emissora Nacional, pelo Rádio Clube Português, etc. O sublinhado é nosso).

O problema, no fundo, é esse. Vasco Gonçalves quer exercer o Poder. Poderá ser a intenção para e idealista de «ajudar o Povo a tomar o seu destino em mãos». Poderá, admitamo-lo, ser que sequer valha a pena discutir. Mas não há dúvida de que quer exercer o poder, seja como for, contra (quase) tudo, contra (quase) todos.

Só isso explica que, decorridos mais de 40 dias de uma crise que ele próprio confessa não estar ultrapassada, se mantenha,

cego e obstinadamente, como Primeiro Ministro. Só isso explica a sua raiva loquaz, relativamente aos que, em número crescente, se opõem à sua permanência na chefia do Governo. Só isso explica a sua ida a Almada, na passada segunda-feira, e o seu discurso de Almada.

A ida a Almada

Em primeiro lugar, a ida a Almada. Por quê Almada? Porque o general Vasco Gonçalves sabia que «jogava em casa», sabia com que organização e com que público contava, sabia as eventuais repercussões positivas (para ele) das palavras de ordem e outras orquestrações com que iria ser recebido.

Porquê na segunda-feira? Porque, na sequência da leitura, no sábado, do comunicado do dócil V Governo Provisório, era preciso continuar a aparecer, a insistir nas mesmas teclas e a fazê-lo com audiência nacional, em noite quente de férias, em ambiente popular (os tron-

cos nus, as camisolas interiores, o casaco e a gravata fora), em tom populista, usando e abusando de uma oratória que muitos consideram excelente e outros qualificam de demagógica.

É como foi em Almada? Foi o depoimento de um homem só (onde estava a habitual corte militar e civil?), um homem sem dúvida perseverante e até corajoso, oscilando entre o trágico e o simplesmente melodramático, entre a tábua de salvação e a despedida, entre a calma e o histerismo, entre o desespero e o misticismo, entre o natural e o teatral, entre a obediência ao que trazia escrito no papel e a tentação do improvisado, entre a renúncia e a indignação, entre a política com-moral e a política-sem-moral.

Dal, as oscilações, as contradições, as hesitações, os passos para trás, para a frente e para o lado, detectáveis em toda a longa exposição.

Expressão quase cabalística

Peguemos no texto oficial (e nos improvisos) do discurso e analisemos o seu conteúdo.

Antes de mais há uma expressão quase cabalística que aparece ao princípio: «Essa gente é o que é e eu sou membro do MFA». Vasco Gonçalves assume aqui a pureza do MFA e, embora mais adiante diga que «a questão não é de oposição entre Vasco Gonçalves e fulano ou Vasco Gonçalves e si-rano», contrapõe a sua posição à de «essa gente», entendendo que ele encarna o MFA e os que não pensam como ele o rejeitam ou traem. O Primeiro Ministro, não explica, no entanto, que MFA é o seu.

(Curiosamente, ao mesmo dia, provavelmente à mesma hora, também José Saramago, membro qualificado do PCP, director-adjunto do «Diário de Notícias», se interrogava no plenário de trabalhadores deste jornal sobre se «está o MFA que lhes (aos redactores signatários do «Documento dos 30») interessa defender aquele mesmo que pode efectivamente servir, ao opinião dos trabalhadores, os próprios trabalhadores».)

Em que MFA estará Vasco Gonçalves? Não está, seguramente no dos Nove, apesar de entre estes se incluírem alguns dos seus antigos companheiros da Comissão Coordenadora do Programa (Melo Antunes, Vitor Alves, Vitor Crespo, por exemplo). Também parece desajaz demarcar-se em relação aos autores (oficiais afectos ao

CUPCON) e aos apoiantes do chamado «documento projecto de acção política», não obstante a adição que este teve de agrupamentos diversos, desde parte da extrema-esquerda (PRP-BR, UDP, LCI, por exemplo) ao PCP e ao MDP, que convergiram, de modo bastante claro, na manifestação da passada quarta-feira.

Qual, então, o MFA de Vasco Gonçalves? O discurso de Almada não responde a esta pergunta. Há apenas uma tentativa de definição pela negativa: «Não exporei o meu ponto de vista sobre o que se passa no seio das Forças Armadas. Não o farei. Não o farei por razões de ética militar e por dignidade. E porque sou membro do MFA. Questão de moral, portanto, já que, para mim, moral e política vão de par».

O tema da política e da moral parece, aliás, obscurar o Primeiro Ministro. «Política e moral são inseparáveis» — disse ele mais adiante. E acrescentou: «Não se pode encher a boca com democracia, socialismo e liberdade e, ao mesmo tempo, ter acções salpicadas de tinta salazarista, com tudo o que isso significava de falta de carácter, de grosseria e de arrogância. Isso nada tem a ver com o modo de vida que queremos estabelecer e ver desabrochar em Portugal».

Que faz correr Vasco Gonçalves?

Este queremos, este plural magistático, é causa óbvia de espanto. Em nome de quem fala Vasco Gonçalves? Que faz correr Vasco Gonçalves? Como é possível, partindo de um queremos não assente no suporte da grande maioria do povo português, fazer com que «moral e política vão de par»?

Aqui surge uma das principais contradições, senão a maior, do discurso de Almada. É que o Primeiro Ministro afirmou claramente não tencionar «responder aos ataques pessoais» (e, minutos depois, iniciou: «não responderei jamais aos autores dos insultos de que sou alvo»), mas acabou por fazê-lo de forma demasiado transparente. Vejamos como:

Em primeiro lugar, atacou «essa gente», que «é como eu, enquanto ele «é membro do MFA». Em «essa gente» incluiu: — «Certos políticos que evitam publicamente as mazelas para suscitarem simpatias e opções e confiam mesmo aos mais diversos órgãos de informação estrangeiros os seus hipotéticos pavores».

— «Tais indivíduos (que), ao verem o tempo trabalhar contra os seus interesses, de políticos ávidos do poder transformaram-se, sem vergonha, nos principais fornecedores de oficinas reaccionárias que, em Portugal e no estrangeiro profalam em lançar o descrédito sobre o empreendimento patriótico a que deixamos ombros desde o 25 de Abril, para que cada português seja livre e feliz».

— «os que, tal como os outros, serviram Castela contra e arrais milícias, hoje tentam colocar as classes laborais portuguesas na situação de fogueiros da fornalha da Europa capitalista».

— «eis que põem a Pátria em perigo, eles que semeiam a discórdia, que suscitam programas e autos de fé fascistas, e arrebanham e cobrem todos aqueles que com culpas no cartório, tentam desesperadamente, rairosamente, travar uma ferradreira batalha».

Particularizando os ataques

Esta visão apocalíptica, autêntica casa às bruxas (a todas as bruxas que não façam as feticularias — e só a essas — previstos nos projectos de Vasco Gonçalves), poderia ficar na generalidade, ou seja, no tipo de ataque que permite a toda a gente (e a ninguém) enfiar (ou não) a carapaca. Mas o Primeiro Ministro foi mais longe:

— «classifico, por exemplo, de linha política o Documento dos 9: «Devo dizer que chamo a isso um golpe de linha política porque ele foi apresentado — esse documento — precisamente nas vésperas do novo Governo tomar posse. Para que se evitasse que o Governo tomasse posse. Não é porque não deva haver liberdades de discussão e de crítica. De toda essa liberdade eu sou o primeiro defensor dela. A crítica e a auto-crítica devem-se exercer amplamente. Mas, agora, apresentar documentos com determinadas finalidades, quando o País está na crise em que se encontra, isso é que é de linha política».

— insultou jornais, como o EXPRESSO (e o Jornal Novo e o Tempo), chamando-lhes nomes feios, como «paquistão» e «libertinos da informação», insistindo que «estão interessados em isolar a classe trabalhadora, que não estão interessados no socialismo» e concluindo: «e, daí, vai de criar cunhas e brechas nas classes trabalhadoras e nas outras camadas da população que devem ser suas aliadas e que devemos procurar que sejam efectivamente suas aliadas».

Neste particular, declarou ainda que «certa imprensa portuguesa roça hoje em dia quase pela obscenidade. Não disse qual mas presume-se que não seja o «Diário de Notícias».

(Curiosamente, no mesmo dia, provavelmente à mesma hora, José Saramago, director-adjunto do «Diário de Notícias», atacava o EXPRESSO das maneiras mais insolitas).

E acrescentou Vasco Gonçalves: «sim, em rigor na podemos dizer que haja liberdade de informação em Portugal. Mas o importante a acentuar é que essa falta de liberdade que lamentamos não é a mesma falta de liberdade que os nossos detractores apontam», sublinhando que «não basta tirar os arquivos para que ela (a liberdade) seja em toda a sua inteireza e responsabilidade». Concluiu sobre esta matéria: «nossa palavra, afirma-se que a imprensa não é livre para lhe tirar credibilidade e simultaneamente para garantir a libertação irresponsável dos sectores da informação que objectivamente servem o fascismo. A tática é subtil e tem dado os seus frutos».

— denunciou «a campanha de determinados membros da Igreja e dos mais eminentes, tem desobediência e interrogou-se: «Como ficamos calados perante a acção temporal, profundamente reaccionária, de alguns párocos de aldeia que, dos pulpitos ou em ga-

zetas paroquiais semeiam o ódio em vez do amor ao próximo». Apesar de reconhecer «os erros cometidos em certas campanhas de dinamização cultural» e «o erro grave» de «não entregar a Rádio Renascença ao Patriarcado». Apesar de confessar que «procurou que dois padres fizessem parte do V Governo Provisório, apesar de «xortar daqui (de Almada) os católicos progressistas», o que é certo é que o Primeiro Ministro não perdoa às «cúpulas» e às «bases» da Igreja Católica que não o apoiem.

— apontou que «na campanha de intoxicação da opinião pública a que assistimos se fala muito de que os lugares chave da administração central e local estão ocupados por individualidades do PC, do MDP e de outros partidos de esquerda, em detrimento do PS, do PPD e do CDS» e asseverou que «o que se passa na realidade desmente de maneira absoluta as alegações de tal campanha». Para além do facto de o Primeiro Ministro fazer uma estranha divisão entre os partidos de esquerda (entre os quais inclui o PC e o MDP) e PS, PPD e CDS, não há dúvida de que não rebate o argumento que ele próprio levanta ignorando as reivindicações no sentido de eleições para as autarquias locais e limitando-se a afirmar, sem o provar, que «basta

olharmos para a composição desses quadros dirigentes nos diversos ministérios para verificarmos que neles se encontram individualidades das mais diversas tendências políticas. O mesmo se passa nos quadros dirigentes das empresas públicas e nacionalizadas».

— aproveitou para mais uma vez, criticar a «inoperância da nova máquina judicial».

Os Nove e a «baixa política»

Não temos procuração dos signatários e apoiantes do Documento dos 9, nem da Igreja Católica, nem do PS ou do PPD (e muito menos do CDS), nem dos magistrados que ainda tentam ser independentes neste país, nem, como é óbvio, do Jornal Novo ou do Tempo) para os defendermos. E mesmo que a tivéssemos, não a exerceríamos, porque, ontem, hoje e amanhã, queremos preservar a nossa capacidade crítica.

Não podemos, no entanto, deixar de registar, em comentário ao discurso de Almada, que os oficiais signatários do Documento dos 9 são tanto ou mais MFA que Vasco Gonçalves. É impossível excluir homens como Vasco Lourenço do MFA, antes e depois do 25 de Abril. É impossível excluir Melo Antunes, Vitor Crespo ou Vitor Alves, homens

de oposição a Spinoza, da descolonização, do socialismo. É impossível excluir homens como Charais ou Pezarrá detentores de um poder efectivo sobre as unidades que deles dependem. É impossível excluir Canto e Castro, Costa Neves ou Sousa e Castro, homens de representatividade indiscutível na Força Aérea e no Exército.

Todos eles, os 9, desempenham um papel relevante no derroche do regime anterior. Todos eles têm demonstrado respeito do espírito do 25 de Abril. Todos eles têm actuado em conformidade com esse espírito sem se deixarem perturbar nem influenciar pelas tentações de quererem exercer o poder.

É, portanto, demasiado fácil arramá-los como burgueses ou traidores, como politiquinhos ambiciosos ou como «portugueses de côcoras diante do estrangeiro». Também não convence ninguém dizer que o Documento dos 9 é um «golpe de baixa política» por surgir pouco antes da tomada de posse do V GP;

o Documento obteve apoio da maioria dos militares (através das unidades) e dos civis (através dos partidos mais votados) e, além disso, é evidente que houve razões históricas muito mais profundas e complexas para que tenha aparecido quando apareceu, do que a mera antecipação à revelação dos nomes de um governo que, logo no dia em que tomou posse, foi rotulado de «de passagem» pelo general Costa Gomes.

A Igreja, os Partidos, as divisões e as confusões

Também a Igreja Católica e os Católicos em geral não deixaram de ficar surpreendidos, senão desconfiados, com um Primeiro Ministro que, tentando captar simpatias, procura, ao mesmo tempo, dividir a hierarquia, padres e fiéis. Um Primeiro Ministro que quer meter dois padres no Governo e que, perante a recusa da hierarquia, «com grande migos abandona a ideia a fim de não criar qualquer problema entre o Estado e a Igreja», esquecendo que fora na vigência do IV G.P. da sua Presidência que o verdadeiro problema — o caso Renascença — surgiu

e que ele não fôra capaz de o resolver satisfatoriamente para todos os interessados.

Raciocínio análogo se pode aplicar às referências aos partidos políticos. Visando explicar que o PCT não tem monopólio dos «lugares-chaves da administração interna e local», Vasco Gonçalves, ao dividir os partidos em dois grandes grupos (de um lado, PC, MDP e «outros partidos de esquerda», do outro PS, PPD e CDS), comete mais uma série de erros políticos. O primeiro é de análise, visto que a realidade nacional não é tão claramente dicotómica. O segundo é o de meter no mesmo saco PC, MDP e «outros partidos de esquerda» quando estes, pelo menos alguns deles (UDP, por exemplo) se esforçam permanentemente por mostrar o seu anti-revisionismo. O terceiro é alinhar na tese comunista da «nova aliança» PS-PPD-CDS, o que não agrada nem ao PS nem ao PPD (empenhados, por seu lado, em se distinguirem um do outro, pelos critérios: subit, do socialismo democrático e da social-democracia, e nada interessados em se deixarem confundir com o CDS), nem ao CDS (relembre-se a última intervenção televisiva de Freitas do Amaral, na campanha eleitoral, e o cuidado que teve em diferenciar o seu partido do PPD e do PS).

Linguagem semelhante à da «Época»

Quanto aos «paquias, libertinos da informação», cada um dos visados reagirá como muito bem entender. No que respeita

ao EXPRESSO, não enfatizamos a carapuça. Não enfatizamos, porque sabemos o que somos e o que valemos. E, se por acaso não o soubéssemos, teríamos a opinião favorável do nosso quase meio milhão de leitores, teríamos a consagração nacional e internacional do nosso jornal, teríamos inclusivamente a opinião de companheiros de Vasco Gonçalves e do Directório: «Considero o EXPRESSO ao longo da sua carreira: se antes do 25 de Abril era um jornal claramente avançado, depois dessa data ele está perfeitamente inserido no processo revolucionário. Não vejo, através das análises do jor-

nal, qualquer atitude contra-revolucionária» (Otelo Saraiwa de Carvalho, em entrevista concedida ao EXPRESSO, em 17 de Maio de 1975).

Não nos atemorizamos, com a publicidade gratuita que Vasco Gonçalves faz do EXPRESSO.

Já a definição «Época» nos chamava pasquim e a «Época» caiu e desapareceu, porque não tinha razão de existir, e nós mantivemo-nos e consolidámo-nos, porque temos uma razão de ser na sociedade portuguesa.

Vasco Gonçalves, antes de começar a usar linguagem semelhante à da «Época» considera o EXPRESSO um exemplo do jornal anti-fascista e foi por isso que, logo a 27 de Abril de 74, pediu pessoalmente a colaboração de Francisco Pinto Balsemão no desenvolvimento dos Pontos do Programa do MFA ligados com a Imprensa. Agora, sentindo que os apoios lhe faltam, deixa-se rodear de fantasmas, «ataca tudo e todos» (as frentes mais diversas). O tempo dirá quem tem razão: a nossa coerência ou a incoerência de Vasco Gonçalves, o nosso rumo inalterável ou a linha oscilante de Vasco Gonçalves, a nossa verdade aberta ou as retalhadas insinuações de Vasco Gonçalves. O tempo dirá quem tem o direito de existir: a Imprensa incómoda, mas vertical, que nós somos, ou a imprensa inisnuosa, porque acomodática, que Vasco Gonçalves defende.

A solidão e os expedientes

Toda esta actuação stabilizada, desordenada, (desprezada?) de Vasco Gonçalves o tem vindo a isolar. Apesar dos títulos garrafais do «Diário de Notícias» e de «O Século», apesar da exhaustiva cobertura radiofónica e televisiva, apesar de toda a campanha de promoção (os cartazes de João Abel Manta, o «Força, força, companheiro Vasco), o discurso de Almada não logrou os seus intentos e foi acima de tudo uma prova de solidão.

É um homem só que quer exercer o poder tem de recorrer a todos os expedientes para se manter. Vejamos alguns deles:

Em primeiro lugar, o tom demagógico: os ataques desenfiados, o gesto inflamado, o estímulo dos instintos mais primitivos (apesar de criticar os que «apelam para os baixos sentimentos, para os pavores ancestrais, para a ignorância ardilosamente inoculada na população pelo fascismo»), a chamada constante à pequena e à média burguesia, (que, no entanto, contraditoriamente, nuns casos são exaltadas, noutros desprezadas, noutros ainda aparecem envolvidas num complexo de culpa: «Pode as coisas, claramente, há quem, pertencendo originariamente à burguesia, esteja disposto a pôr em causa todos os seus privilégios e os privilégios da classe a que pertence e pôr-se ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras; e há aqueles que embora reclamando-se do marxismo, das classes trabalhadoras e do socialismo só o fazem para não perderem os seus privilégios e para salvarem os privilégios da classe e das camadas sociais a que pertencem»), as variegadas cores com que o socialismo é pintado, etc.

Depois, o encosto natural ao PC. É certo que também aí se nota um complexo de culpa: «e agora me chamarão outra vez pro-comunista, lá está o comunista a falar, etc.». Mas a linguagem usada lembra em certos passos o Cunhal mais puro («Repito: as liberdades e garantias individuais; as novas relações de trabalho; a unidade sindical; as nacionalizações; o controlo da produção pelos trabalhadores; a Reforma Agrária. Estais dispostos a perder isto? Ou estais dispostos a lutar por isto?»), e a defesa, em finais de um ponto, do PC é por demais evidente. E tanto assim é que Mário Castrim, candidato a deputado pelo PCP e autor de uma crítica diária de televisão no «Diário de Lisboa», considerada por muitos observadores «a voz do seu dono», embandeirava em arco na passada terça-feira: «Uma vez mais, o povo,

a arraiá miada, entendeu as suas palavras. Ele não usa o tom meliáfio e sacrista de uns que têm o socialismo nos dedos como se fossem cartas de prestidigitação, nem a demagogia do cipango que pretende impingir o seu documento, perdido o seu jumento sarroliu ou mesmo ceguinho de todo (...) «A auto-crítica tem de ser severa: temos descurado a defesa de Vasco Gonçalves de maneira inqualificável. O amor que lhe temos não encontramos maneira e tempo de o proteger. Temos exigido demasiado dele — e em paga o que lhe demos? (...) «Vasco Gonçalves um trabalhador entre companheiros trabalhadores. Um homem talhado à medida de um povo.

Atenção: o nosso povo sabe isto». Não interessa aqui discutir se Vasco Gonçalves é ou não comunista — a história o descorubirá em breve. O que importa é assinalar que, conduzido por culpa própria a um beco sem saída, o único apoio com que ainda poderá contar é o do PC e dos seus satélites.

Os apelos contraditórios

Um, outro expediente repetidas vezes utilizado no discurso de Almeida é o dos apelos — que resultam em outras tantas contradições — as forças com que Vasco Gonçalves sabe não poder contar.

Reconhecendo que «para a acção do Governo é necessário a existência de um poder forte e que neste momento esse poder e autoridade só as Forças Armadas o podem dar», Gonçalves apela para as unidades no seio das Forças Armadas, embora saiba que estas não estão unidas e que uma das razões dessa desunidade é a sua permanência obstinada à frente do Governo.

Campeão formal da batalha da produção, Gonçalves exorta à semi-falçada greve de meia hora de terça-feira passada, considerando-a uma «acção patriótica» e pede depois que os trabalhadores cumpram essa meia hora «sem determinado dia e hora». Criticando a Igreja nos termos já referidos, Gonçalves vem a seguir exortar «os católicos progressistas, amigos da sua Pátria e do seu Povo, que participem activamente na obra de reconstrução nacional e que felicitem o ombro».

Responsável, como chefe do IV Governo Provisório pelas dificuldades e discriminações de que têm sido vítimas os portugueses refugiados de Angola, Gonçalves afirma que «é necessário que haja um amplo movimento de solidariedade nacional encabeçado pelos sindicatos e forças políticas e cívicas progressistas no sentido de aborrecer esses milhares de compatriotas que se prevê que retornem». Atacando durante a «pianita aguda essa mania dos planos que descredita a verdadeira planificação», Gonçalves acaba por declarar que «nisto se pode camuflar na via de transição para o socialismo sem um plano que, praticamente, caracterize a mudança das relações de produção, ao mesmo tempo que o desenvolvimento económico e social», e não explica porque é que esse plano não foi ainda divulgado nem publicamente discutido. Apontando-se como defensor da propriedade privada (no asseverar que não é «contra as moradas das pessoas, contra os objectos das pessoas, contra as jóias das pessoas, etc.») e da iniciativa privada, Gonçalves acaba por dizer que «o sector privado será progressivamente absorvido pelo sector público». Procurando responder às críticas de siveleto pelo PC do aparelho técnico do Estado, Gonçalves defende-se (mal), nos termos dicionómicos atrás mencionados. Apelando para os emigrantes (atrata-se de criar condições de

vida para que mais nenhum português se veja obrigado a emigrar-se a fim de ganhar o sustento dos seus), Gonçalves esquece as razões que o impeliram a participar no Dia do Emigrante (e o que se passou no Estádio I.º de Maio) e ignora que foi durante a sua permanência na chefia do executivo, do II ao V Governo Provisório que largas dezenas de milhares de portugueses, muitos deles altamente qualificados, optaram por viver no estrangeiro.

Revolução — propriedade privada?

Oscilações, hesitações, contradições, ataxias de fora acoada, expedientes de vária ordem — tudo isto resulta à evidência do discurso de Almeida. Mais do que um discurso, é toda uma situação que a teimosia do Primeiro Ministro revela. Uma situação de luta pelo poder, uma situação de elevada instabilidade, uma situação de grave perigo para uma revolução que não é propriedade privada de Vasco Gonçalves e de mais uns quantos, mas de todos os portugueses que com ela se comprometeram e nela acreditam há 16 meses.

No seu discurso de Almeida, o general Gonçalves afirmou a dada altura: «nós temos o poder de que se voltar o fascismo, este será mais forte (ver o caso do Chile) do antes do 25 de Abril». Nós também não temos ilusões. E é por não as termos que não aceitamos a visão histórica de Vasco Gonçalves, que recusamos a tese do «quanto pior melhor», que lutamos contra toda a espécie de sectarismos, de domínios de minorias não representativas, de governo de «desunidades» que, pela sua obstinação, lancem de novo as trevas sobre um país que inventou a luz e não quer perdê-la.

A longa série de desmentidos do Primeiro-Ministro: um arbusto em vez de floresta

CURIOSA peça, essa que o Gabinete do Primeiro Ministro deu a lume no sábado. Mais digna de Freud que de Maquiavel, caracterizava-se ela por — numa expressão tão cara a certos meios militares — esquecer a floresta para ver a árvore. Que, neste caso, era um arbusto.

Num momento em que o país vive suspenso das incertezas que o futuro lhe reserva, assustado com a violência, apavorado com a escassez, mergulhado em indefinição, o Primeiro Ministro, através do seu Gabinete — que supomos continuar a ser a sua fiel voz (e/ou cérebro) — emite este insuficiente comunicado:

«O semanário EXPRESSO, no seu número de 15 de Agosto de 1975, refere várias vezes o gabinete do Primeiro Ministro fazendo-o de forma mentirosa. Assim, é mentira que «o próprio gabinete do Primeiro Ministro colaborou na sua difusão (do chamado «Documento do COP-CON»), aconselhando vivamente jornalistas estrangeiros que por ali passavam e não só a sobre ele reflectirem». É mentira que «um homem do seu gabinete e confiança, o oficial marinheiro Lopes Mendonça» tivesse estado em Braga quando dos acontecimentos que envolveram o saque e destruição das sedes de organizações progressistas. O EXPRESSO volta a mentir quando afirma ter o gabinete do Primeiro Ministro «pedido ao Ministério dos Assuntos Sociais que lhe elaborasse uma lista que, de acordo com os escalões profissionais, fixasse o valor da cotação atribuída a cada técnico que saia para o estrangeiro». O EXPRESSO

mente quando afirma que foi recém-nomeado para o gabinete do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves um oficial que «tinha acabado de ser nomeado em viésas de 25 de Abril de 1974 para o gabinete do então Presidente do Conselho Marcelo Caetano».

Neste são refutados, como se vê, quatro apontamentos — na sua maioria, totalmente insignificantes não só em relação ao conjunto de informações contidas nesse número do jornal, como, e sobretudo, relativamente à grave conjuntura política que se atravessa. Das quatro notícias desmentidas, duas são totalmente verdadeiras, uma é um erro de facto que resultou de uma informação incorrecta que nos foi dada, outra está formulada de modo impreciso mas mantém-se correcta no fundo.

O que parece de fazer ressaltar aqui é a evidente intenção do Gabinete de desviar as atenções das inúmeras informações inditas e — essas sim — politicamente significativas que demos, e que o Gabinete do Primeiro Ministro não desmente, preferindo focar as atenções em aspectos de pormenor que, denunciados como mentiras, façam o público acreditar que as outras o serão também. Por outro lado, este comunicado — de tom francamente paranoico, enquanto anda a repecar de um vasto texto com linhas de força tão diversas, os pequeníssimos pontos em que se fala desse Gabinete, como se de uma vasta campanha contra ele se tratasse — parece ir na linha do discurso do Primeiro Ministro em Almada. A mesma mania das grandezas,



o mesmo delírio persecutório. «Essa gente é como é...», dizem o Primeiro Ministro e o seu Gabinete. Essa gente, somos nós todos: os Nove, os portugueses. O mundo?

Pena é que o Primeiro Ministro não, tenha antes desmentido o apoio descarado que lhe dão, nesta fase, partidos de esquerda (agora em fase de aproximação com o PCP) — o que para o seu espírito apartidário deve ser um calvário... —, apoio articulado com o de certa rádio e imprensa

que lançaram uma orquestradíssima campanha de propaganda ao documento do COP-CON (criando uma artificial oposição entre este e o dos Nove). Pena é que não tenha desmentido o maciço apoio à crítica feita pelos Nove e o consequente maciço desapoio à sua continuação no Governo, por parte de unidades de todo o país — o que para quem diz ser o verdadeiro defensor do povo português deve ser uma injustiça... Pena é que não tenha desmentido as difícu-



dades por que passou para preencher as vagas — e nem todas (até dia 20) — deste V Governo, o que para quem se diz chefe do Governo mais coisa e revolucionário deve ser uma tristeza...

Este comunicado não dizia, pois, o que parecia dizer. Parecia ele, na sua transparente inocência, desmentir — e nada mais — algumas notícias mal dadas por um jornal. Acontece: no entanto que era outro o seu real discurso, aquele que importa ouvir. O que o comunicado do

Primeiro Ministro dizia era que: — o EXPRESSO é um jornal a abater;

— dêem atenção ao Primeiro Ministro, não o ignorem, por favor!

Era sobretudo isto. Resta-nos dar aos nossos leitores — que não ao Gabinete — as explicações que se impõem.

1. FOI-NOS dito clara e explicitamente por um jornalista do «Guardian» que o aspirante Ramos, adjunto para a Imprensa do Gabinete do Primeiro Minis-

tro, lhe entregou, de sua iniciativa, o documento do COPCON, recomendando-o vivamente pela sua importância.

De tal forma pareceu estranha ao jornalista a assistência, que nos indagou como e porquê é que o Gabinete do Primeiro Ministro apoiava tão abertamente o documento do COPCON.

2. A INFORMAÇÃO de que uma pessoa do Gabinete do Primeiro Ministro teria estado em Braga — facto que referimos de passagem, sem lhe atribuir outro significado que não fosse o de sublinhar quanto esse Gabinete andava bem informado — foi-nos facultada por dois jornalistas estrangeiros que estiveram no local. A apoiar a informação traziam-nos um recorte do «Herald Tribune» (ver foto 1) em que tinham assinalado a pessoa que tinham lido visto e que verificámos ser o Com. Lopes de Mendonça. A nosso pedido, prometeram trazer uma fotografia tirada no local.

Por dificuldades técnicas, a fotografia chegou-nos às mãos já depois de saído o jornal (ver foto 2). Não nos preocupou, na altura, esse atraso, dado que o detalhe era insignificante e não tinhamos razão para duvidar da correção da informação. Verificou-se, pela foto de Braga, que se tratava de alguém com enorme semelhança física com o Com. Mendonça mas que não era ele. Adão disse-nos no jornal, que não estivemos em Braga e que tivemos de confiar nos relatos que nos chegaram.

Eis o que se passou. Da pequena importância do detalhe

e da enorme amplificação que dele se fez, julgá-lo os leitores quem quer enganar quem.

3. O ESTUDO foi perdido durante a vigência do IV Governo Provisório e foi ultimado posteriormente. Apenas um nome — os números (que estudia também a outros tipos de formação profissional) não se referiam a caução, mas apenas ao valor a atribuir a cada técnico.

Confirmou-se-lo alguém por cujas mãos passou o documento. Haverá diferença?

4. Quanto ao quarto e último ponto, ele respeita a um oficial da Armada, que pertence ao gabinete do Primeiro-Ministro desde a sua ida para S. Bento. Este oficial, na longa noite fascista, não escondia o seu desejo de ocupar um lugar no gabinete do então Presidente do Conselho Marcelo Caetano, para o que chegou a estar indignado, tendo a nomeação definitiva sido curiosa (e historicamente) prejudicada pela ocorrência do movimento triunfante do 25 de Abril.

Logo, com mais sucesso desta feita, sempre se verificou o «eter-no retornos».

Fizemos, nós, por nosso lado, comunicados desses e os desmentidos que teríamos a fazer não seriam de pormenor. Se o Sr. Primeiro Ministro começa por se desmentir a si próprio num mesmo discurso, o que não dizer das contradições de um discurso para outro ou — e sobretudo — de um discurso para a vida? Mas nós «somos o que somos». Por isso não lançamos comunicados nos olhos de ninguém.

CORREIA, *Pezarat***Pezarat Correia ao EXPRESSO:****«A vontade maioritária de um povo não pode ser ignorada»**

PEZARAT CORREIA. Tenente-coronel do Exército graduado em brigadeiro. Comandante da Região Militar do Sul, com sede em Évora, capital do Alentejo. É um dos co-responsáveis autores do «Documento dos 9», também arbitrariamente qualificado de «Documento Melo Antunes». Das três linhas militares que se demarcam cada vez com maior clareza no seio das Forças Armadas (e aqui será apropriado encabeçá-las por Vasco Gonçalves, Saraiva de Carvalho e Melo Antunes) o brigadeiro Pezarat Correia é conjuntamente com o brigadeiro Chrais, comandante da Região Militar do Centro, o oficial de mais alta patente que se detecta no «Documento dos 9». Daí a oportunidade desta entrevista com uma personalidade que, resta acrescentar, também faz parte do Conselho da Revolução e se sabe profundamente inserida no processo revolucionário português, para o qual, voluntariamente, escolheu uma alternativa que mais de 80% das FAP sancionaram, «mesmo sem terem necessidade de se socorrer de manifestações ou de publicidade dos órgãos de Comunicação Social seguidistas cada dia mais vinculados neste país».

Conhecidos os pontos até onde o EXPRESSO poderia ir, no tocante a perguntas, de molde a não turvar mais ainda um ambiente político-militar que no decurso desta semana foi enriquecido negativamente pelo discurso do Primeiro Ministro, (ver pág. 13), pedimos a Pezarat Correia uma opinião sobre este acontecimento. Mas entendemos compreensível que ele a ultrapassasse sem comentários, embora vincando o seu profundo desagrado pela forma e conteúdo das declarações de Vasco Gonçalves.

A entrevista:

EXPRESSO — O novo documento em gestação nasce de uma plataforma conciliatória entre os «9» e o COPCON?
PEZARAT CORREIA — Eu preferia não colocar o problema nos termos de plataformas conciliatórias, conversações com o general Otelo, etc. Porque a nossa tomada de posição resulta de duas coisas distintas: uma confiante e análise crítica da

situação política portuguesa; a outra, que consistirá de uma proposta que entendemos construtiva, visando como objectivo essencial a explanação de um programa lógico, racional, para a continuidade da nossa revolução.

EXPRESSO — Podemos inferir que ao assumir esse papel crítico os «nove» demarcaram o seu desencanto pelos «saltos» da revolução?

PEZARAT CORREIA — Não é bem isso. A revolução não é nem poderá ser matéria estática. Por isso, nós pensamos que ao assumirmos tal papel nos enquadrámos perfeitamente dentro da linha do MFA, no que ela tem de dinâmica, de evolutiva, como, aliás, se deprende dos vários documentos que têm sido produzidos, mas que demonstram a sua coerência com a tomada de posição inicial, ou seja, a plataforma de acordo com os partidos e o Plano de Acção Política. Ora, esta tomada de posição mais não quer significar do que a correcta identificação com as linhas ideoló-

gicas do MFA na sua continuidade rumo ao socialismo. E como se sabe que qualquer processo revolucionário é sensível às estremecções que o tentam desviar e desvirtuar com fins mais ou menos claros, nós queremos evitar que o MFA se afaste do seu trilho.

EXPRESSO — No entanto há quem persista em ver nos «nove» o paradigma do conservadorismo, da moderação, mesmo da anti-esquerda. Que diz a estes epítetos?

PEZARAT CORREIA — Que não nos atingem nem belicam sequer. Sabemos donde eles partem com a ideia fígada de desviar a nossa posição para alternativas que de maneira alguma lhe são alheias. Porquanto quando nós dizemos que é possível construir o socialismo em Portugal por uma via genuinamente portuguesa — portanto pela busca de novas soluções que fujam aos modelos estenotipados que se conhecem — pois supomos que esta é que é uma verdadeira posição progressista.



Os «9» e a sua linha política

EXPRESSO — Deve-se interpretar como convergente a linha política dos «nove»?

PEZARAT CORREIA — Eu penso que entre nós há uma grande identidade crítica relativamente à actual situação portuguesa. Nesse aspecto somos muito concordantes.

EXPRESSO — E quanto aos outros?

PEZARAT CORREIA — Nos projectos para o futuro penso que também existem fortes afinidades em pontos fundamentais que poderão enumerar assim: 1 — atingir a sociedade socialista, que será uma sociedade sem classes na qual se dê realce à dignidade da pessoa humana e às suas liberdades e em que, principalmente, — fazemos questão de pôr aí a ênfase — se consiga que cum o 25 de Abril, se possa alterar o conceito humanista de vivência da pessoa humana. Pois de contrário seria apenas o mudar de sinal. O passar de um regime autocrático, de ditadura, para outro com matizes diferentes mas de resultados semelhantes. 2 — na sociedade que almejamos, é evidente que será abolida a exploração do homem pelo homem, que será abolida a propriedade privada dos meios de produção colocando estes sob controlo dos trabalhadores, mas será igualmente ratificado o conceito humanista de relações entre as pessoas. Pois, para nós, é essencial que as pessoas deixem de viver angustiadas, com medo umas das outras. A sociedade socialista que queremos terá de ser caracterizada pela liberdade responsável, pela fraternidade, pela igualdade de oportunidades. Não

queremos apenas a mudança de sinal de uma ditadura para outra. Mudança que, em Portugal, custaria o preço muito elevado de uma tragédia sem preço...!

EXPRESSO — Então parecemos que podemos voltar ao «Documento dos 9» e ao apoio maciço que lhe votaram ao FA.

PEZARAT CORREIA — É evidente que, quando tomámos a decisão de assumir esta atitude, sabíamos não estarmos isolados. Muito pelo contrário, os contactos permanentes com as diversas unidades do país, com os nossos camaradas, e até com o povo, pois os militares mais não são do que um extracto do povo fardado, davam-nos a garantia de que, ao assumirmos frontalmente um papel que visa transmitir à revolução portuguesa toda a sua verdadeira significância, ele seria amplamente compreendido e apoiado. Como sucedeu, afinal, dado que essa posição ia de encontro aos anseios não só das FA como da esmagadora maioria do povo deste país.

EXPRESSO — Que acontecerá em Portugal quando o novo «Documento dos 9» se tornar conhecido?

PEZARAT CORREIA — Antes de responder à essa pergunta gostaria de aprofundar para esclarecer o seguinte: uma das acusações que nos fazem é a de a nossa posição permitir, por acréscimo a oportunista aderência de forças que, de modo algum, estão interessadas na revolução. Penso que esse é um risco inevitável que se corre sempre. Mas, ainda que o oportunismo de determinados sectores mais reacçãoários se possa sentir estimulado, isso jamais poderá constituir entrave para que se tomem posições e assumam responsabilidades, desde que, como é óbvio, as pessoas tomem as devidas precauções, a fim de demarcarem bem quais

os apoios que lhes interessam e aqueles que consideram nocivos. Ademais o povo português também está em condições de apreciar quais são as opções que lhe interessam e convêm.

«Em relação à pergunta que me pôe, posso sintetizá-la deste modo: em primeira e última análise é o povo português o grande beneficiado desta revolução. É a ele, portanto, que cabe a definitiva palavra sobre o socialismo que deseja e a via por onde avançar, porque nós, os do «Documento dos 9», somente somos seus intérpretes. Logo, as instâncias responsáveis não podem de maneira nenhuma desconhecer essa afirmação da vontade maioritária de um povo. Doutr modo é difícil atingir um clima de conciliação nacional. E não podemos continuar a viver só emoção, só angústia, que são fúgeis inimigos de uma solução rápida para os múltiplos problemas que assolam o país, depauperado economicamente, escurecido politicamente, degradado socialmente, e facilmente mal olhado no mundo por mor de tudo isto que se aponta».

EXPRESSO — Mas se apesar destas «chamadas à razão», como já se qualificou o vosso documento, o país continuar, a avançar aos transplantes, onde prefere que chegue a nossa economia?

PEZARAT CORREIA — Quanto a mim a solução do problema económico português passa pela solução do problema político. Mas é evidente que, seja qual for a solução, impõe-se à sempre, nas actuais circunstâncias, um regime de austeridade. Para já temos de viver de acordo com as nossas possibilidades e é às classes desde sempre mais privilegiadas, aqui e agora, que incumbe perder alguns desses privilégios em prole das mais desfavorecidas.

«Não queremos viver orgulhosamente sós»

EXPRESSO — Que pensa da posição de Portugal no mundo?

PEZARAT CORREIA — Nenhum país pode viver completamente isolado do mundo. O «orgulhosamente sós», do tempo de Salazar, era uma afirmação de chauvinismo idiota. E estar a cogi-la agora, ainda que com mudança de sinal, enferma dos mesmos erros que enfermava anteriormente. Temos que viver inseridos no mundo. No mundo que não é só a Europa. Mas, como dela fazemos parte integrante, devemos ter presente essa realidade. Embora ela de ma-

neira nenhuma constitua um condicionamento político para nós.

«Nós não devemos subordinar os nossos projectos políticos a imposições derivadas de possíveis apoios económicos. Mas devemos aproveitar os apoios económicos, mesmo oriundos de países cujos regimes não se identifiquem com o que nós queremos construir.

EXPRESSO — Como interpreta a independência nacional, a não subordinação de Portugal a qualquer das duas superpotências?

PEZARAT CORREIA — Para mim independência nacional é uma diversificação de dependências, a não subordinação a pressões políticas, motivadas por necessidades económicas. Mas, claro, que qualquer país tem de dar determinadas garantias.

«O país não dispõe da informação que precisa»

Porque esta semana a imprensa independente foi atacada ferozmente pelo Primeiro Ministro na sua alocação televisiva, sendo congnominada de libertina e coisas queandis, convinha escutar a opinião do brigadeiro Pezarat Correia sobre este tema:

EXPRESSO — Que conceito tem da imprensa portuguesa?

PEZARAT CORREIA — O País não tem, na generalidade, a informação que precisa, nesta fase de transformação das suas estruturas sociais e económicas e políticas.

Continuamos a ver órgãos de Comunicação Social a trabalhar em moldes em tudo semelhantes aos antes de 25 de Abril. É só o tal problema de mudar de

sinal...). Continuamos a assistir a uma informação tendenciosa, deturpada intencionalmente, escamoteando factos concretos ou adulterando-lhe o sentido, enfim, dando à sua acção um cariz nitidamente partidário, orientado para determinadas finalidades. É evidente que o grosso dos leitores desta Imprensa já se apercebeu da márosca e agora desconfia. Desconfia que lhe enfim gato por lebre.

«Por conseguinte quando o 25 de Abril proporcionou a reconquista da liberdade de expressão lê-lo no intuito de restituir à Imprensa a sua dignidade. Afinal ela partidarizou-se. Enfeudou-se novamente como já antes estava enfeudada. Por vezes agride mesmo o leitor com um tipo de desinformação que de realista só terá a máscara. Com uma Imprensa e Rádio e Televisão assim não há conciliação nacional possível.»

Alentejo e reforma agrária

EXPRESSO — E se abordássemos, ainda que superficialmente, a realidade tramagana e a problemática da reforma agrária, tal qual a vê no seu papel de militar?

PEZARAT CORREIA — De acordo. O Alentejo quase que é um país diferente, dada a diversificação das suas condições socio-económicas comparadas com as que se evidenciam no resto do país.

(Zona onde predominava por excelência o grande latifúndio agrário, no Alentejo dos trigos loiros, a proceder searas vicariantes, ou dos pontos eternos da terra inculta, de grandes fomes e de grandes sedes, de feudos de caça, de exploração desenfreada do braço humano feito besta de carga da grande burguesia, no Alentejo havia — e há — uma realidade diferente: duas classes perfeitamente distintas movem forças: uma, a exploradora, outra, a explorada. Grandes agrários, de um lado; os trabalhadores rurais, do outro. Claro como a água.). Diz o interlocutor do

EXPRESSO:

«O Alentejo, pelas suas características «sui generis» exige soluções diferenciadas, e a aplicação

da reforma agrária mais não é do que a adopção prática de uma lei revolucionária que visa transformar as condições económicas da provincia.

«Ao problema da reforma agrária está interligado o das ocupações. E começa já por adiantar que as ocupações, no princípio, deram a esta revolução da terra um contributo útil e muito válido, na medida em que procederam o aparecimento da lei e desencadearam o avanço do processo. Isto é inegável e temos de reconhecer que os trabalhadores alentejanos nada tinham a perder com esta tomada de posição e poderiam ter tudo a ganhar.»

«Mas a partir do momento em que as leis de reforma agrária são anunciadas e casto, neste momento já promulgadas, tem havido da parte dos elementos responsáveis do Ministério da Agricultura e do MFA a preocupação de esclarecer os trabalhadores sobre o que é a reforma agrária e a sua aplicação, todas as ocupações ultimamente verificadas já assumem um aspecto mais negativo do que positivo.

«Inclusivamente a reforma agrária no Alentejo está planificada para um determinado período de tempo — 2 anos — e todas as medidas arbitrariamente assumidas poderão prejudicá-la gravemente. Além do mais é bom termos presentes que nos anos seguintes à execução de

uma reforma agrária se verifica sempre uma quebra de produção acentuada; este é, claramente, um risco calculado. Mas a manutenção de operações que contrariam as leis da reforma agrária podem avolumar radicalmente esse risco a pontos de nos próximos anos o país se vir a debater com uma crise agrícola altamente prejudicial ao nosso processo revolucionário.

EXPRESSO — Portanto parece não estar de acordo com certo tipo de ocupações de terras...

PEZARAT CORREIA — Claro que não. E até gostaria de acrescentar o seguinte: eu não estou de acordo com as «ocupações selvagens»; o Ministério da Agricultura também não; o Instituto de Reorganização Agrária (lhopouco concorda; os dirigentes sindicais que aqui têm vindo falar comigo igualmente desaprovaram as ocupações nesta altura; e o próprio líder do PCP, Alvaro Cunhal, quando falou comigo sobre a reforma agrária (e se me refiro a ele em particular e atendendo a que o seu partido tem uma implantação de militância bastante forte no Alentejo) se disse preocupado com as ocupações que eu não deixes de lhe manifestar a tal respeito.

«Ao fim e ao cabo parece que ninguém está de acordo com as ocupações. Mas elas suceder-se-ão. Será que os trabalhadores, no Alentejo, já fugiram ao controlo partidário?...»

Angola: bolo para gulodice imperialista

Do Alentejo passámos para Angola. Porque Pizarat Correia conhece o problema. O viu. O sentiu.

EXPRESSO — Se trezentos mil portugueses retornarem de Angola, até que ponto esse número pesará em Portugal?

PEZARAT CORREIA — O processo de descolonização de Angola mostrou logo a partida que ia ser o mais complexo, também o mais apaixonante. Mas o que não restam dúvidas é que o progressivo agravar dos acontecimentos em Angola são a consequência, diria que sempre inevitável, das interferências imperialistas naquela colónia em vias de se transformar em país independente.

«Angola é potencialmente riquíssima e isso desperta a cobiça de determinadas potências imperialistas.

«Em minha opinião — e devo confessá-lo francamente — o movimento que melhor defende os interesses do povo angolano é o MPLA. Mas também não há dúvida nenhuma que tanto a FNLA e a UNITA lutaram de armas na mão pela independência do seu país. Tiveram, por isso, de ser considerados no processo, como interlocutores válidos. Todavia, a partir do momento em que esses movimentos passaram objectivamente a defender, não os interesses do país em vias de independência mas interesses estrangeiros, então penso que nessa conjuntura já é de pôr esse direito em causa.

«Grande parte da população branca de Angola ficou muito preocupada com o início do processo de descolonização. E isto, fundamentalmente, porque An-

gola foi sempre um local privilegiado para onde o colonialismo português exportou o seu excedente de mão-de-obra.

Daí que resultasse ter imigrado para Angola uma grande quantidade de mão-de-obra não qualificada. Ora, para um país em vias de independência, esses trabalhadores-colónos de uma raça diferente representavam um obstáculo enorme: primeiro porque iam ser tratados nos seus privilégios, pois as melhores condições de vida que lá disfrutavam eram apenas devido ao facto de serem brancos; a classe dos qualificados estava garantida, caso quisesse.

«Daqui que o próprio MPLA, que é o Movimento que pela sua ideologia é o nosso natural aliado, o natural aliado do MFA, se vê na necessidade de, ao assumir uma maior projecção no processo de descolonização, acabar por provocar ao seu principal aliado, aqui em Portugal, alguns problemas, com a vinda dos colónos traumatizados, descontentes, que aumentarão sub-

stantialmente o número de desempregados no país.

«Porém, resalta para mim evidente, que quer com o MPLA quer com outro dos Movimentos, essa grande massa de portugueses não qualificados teria de abalar, sempre, de Angola. Logo, quando os colónos portugueses, a maioria, apostavam na FNLA ou na UNITA, estavam a resvalar para o caminho da ilusão. Fosse qual fosse o futuro de uma Angola livre e independente, o destino dessa mão-de-obra não especializada estava traçado.

EXPRESSO — Até que ponto essa vaga de desemprego pode ser preocupante?

PEZARAT CORREIA — Se nós formos capazes de criar as condições susceptíveis de eliminar o desemprego criando novos postos de trabalho, creio que esses portugueses terão lugar no Portugal do futuro. Para já temos de obstar a que o desemprego alastre, travando-o a todo o custo. Depois o resto virá por acréscimo. Mas claro que isso são fórmulas técnicas que cabe a outros solucionar.

Um homem do MFA

Falámos mais algum tempo com o brigadeiro Pizarat Correia. E recolhemos: «que a passagem do almirante Rosa Cordeiro por Angola foi corajosa e extremamente positiva para o clarificar do processo de descolonização; que temos jornais a mais, alguns a pensarem gravosamente no cenário público enquanto desenvolvem actividades que estão em desacordo com a maioria do povo português, portanto carecem de urgente reestruturação; que «a manifestação de apoio que lhe dedicou em Évora o PS teve números não inferiores aos da manifestação do PCP, com outros efectivos; — e que os números por este partido divulgados (20 mil)

— são de todo delirantes — talvez devido a erros de zeros à direita; que o papel do actual governador civil, capitão Cardoso, do MFA, tem sido altamente positivo no distrito de Évora; que no primeiro passo dado para o 25 de Abril foi o Congresso dos Combatentes no Porto, manifestação altamente reaccionária, que obrigou a que pela primeira vez um grupo elevado de oficiais do quadro elevado marcam uma posição política de denúncia desse congresso.

Depois foi o «movimento dos capitães», de parceria com alguns oficiais de alta patente, entre os quais se incluía o então tenente-coronel Pizarat Correia — também um homem do MFA». Como muitos outros

INÁCIO TEIGÃO